



Nº 1143 - Semanal  
0,50 €

28 Fevereiro 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)



A sala de congressos da antiga FIL foi pequena para acolher os socialistas que compareceram em força na sessão de apresentação do Programa de Governo e da Comissão de Honra. Mobilizado como nunca, o PS saiu reforçado depois de mais de cinco horas de discursos em que foi sublinhada a qualidade das propostas e das soluções vertidas no Programa de Governo, ao mesmo tempo que se desmontava, argumento por argumento, a ineficácia e injustiça das alternativas conhecidas, nomeadamente as do PSD e do seu prometido choque fiscal. A Ferro Rodrigues todos deixaram palavras de estímulo, de confiança e de apoio no que ele representa de consciência social, de serenidade e de competência.

## UM PROGRAMA DE EXCELÊNCIA

### O ARRANQUE PARA A VITÓRIA

Foi uma semana em cheio, plena de actividade política que deu ânimo aos militantes e renovou a esperança de uma vitória socialista a 17 de Março. O secretário-geral do PS foi ver a obra feita, esteve em empresas e escolas de excelência, participou em reuniões com empresários onde defendeu a competitividade e os trabalhadores, e aos jovens deixou a mensagem de que Portugal vai estar entre os melhores da Europa. Foi a semana em que Ferro Rodrigues arrancou determinadamente rumo à vitória.

► Página 12

### UMA CAMPANHA SÓBRIA

A principal inovação da campanha do PS é a introdução de linguagem gestual nos comícios, o que permitirá aos deficientes auditivos o acompanhamento dos discursos. Esta novidade foi adiantada por António José Seguro que, em encontro com os jornalistas, apresentou o modelo da campanha do PS. "Esta será uma campanha digna em que não haverá fumos nem balões", afirmou o director de campanha, adiantando que se privilegiará os contactos com as populações, os debates temáticos, os encontros, as visitas a instituições sociais e, naturalmente, a realização de comícios.

► Página 13

### BALANÇO

### PORTUGAL MELHORA SAÚDE

Pela primeira vez, o sector da saúde conseguiu diminuir o ritmo de crescimento da despesa de 0,2 por cento. Trata-se, segundo o ministro da tutela, não de um milagre, mas de "um momento de glória", pelo que é legítimo "gozã-lo como tal".

► Página 16

### SEGURANÇA SOCIAL

### CONTAS CERTAS E CLARAS

► Página 16

# A SEMANA REVISTA

O escudo saiu de circulação. Graças à determinação do Governo socialista foi possível colocar Portugal no pelotão da frente e participar na zona euro.

O secretário-geral do PS apresentou o Programa de Governo e a Comissão de Honra. Com o Centro de Congressos da antiga FIL a transbordar, Ferro Rodrigues assumiu o compromisso de fazer de Portugal um dos melhores países da Europa.

Teve lugar o único frente-a-frente entre o nosso secretário-geral e o líder do PSD. Foi clara a vitória de Ferro Rodrigues sobre Durão Barroso, neste embate televisivo em que ficou demonstrado que a demagogia perde sempre para a verdade.

No âmbito da pré-campanha eleitoral, Mário Soares participou em Abrantes numa iniciativa do PS/Santarém onde revelou preocupações relativamente à globalização no que respeita à perda de protagonismo dos partidos políticos tradicionais face às organizações-não-governamentais.

António Guterres, na qualidade de primeiro-ministro, participou em Estocolmo na reunião de dirigentes de governos progressistas que abordaram a problemática da democracia, do desenvolvimento e da demografia.

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, dissertou sobre "O alargamento pós-Nice, numa iniciativa dos alunos de economia da Universidade do Minho que teve por objectivo a discussão da temática europeia.

A promoção e a valorização da cultura nacional ficou reforçada após a assinatura pelo secretário de Estado da Cultura, Conde Rodrigues, de protocolos nas áreas das bibliotecas e dos museus dos Açores e da Madeira.

Em trânsito para os Estados Unidos, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, reuniu-se em Lisboa com Jorge Sampaio e Jaime Gama. Esta breve passagem por Portugal do Presidente angolano ganhou maior relevo depois da confirmação da notícia da morte do dirigente da UNITA, Jonas Savimbi.

## BICOS & BICADAS

"Se eu disser a todos os membros do partido aquilo que penso deles, torna-se uma situação insuportável!"

DURÃO BARROSO, *DN*, 6/12/99

"Durão Barroso é um líder frouxo"

LUÍS FILIPE MENESES, *LUSA*, 29/04/01

Não acredito no meu partido com Marcelo Rebelo de Sousa ou com Durão Barroso como líderes. Não estou a defender a demissão de Durão, o PPD/PSD é que tem de saber o que fazer."

PEDRO SANTANA LOPES, *EXPRESSO*, 06/05/00

"Pedro Santana Lopes é um misto de Zandinga e Gabriel Alves"

DURÃO BARROSO, *CONGRESSO VISEU*, ABRIL 2000

Nem os que apoiam Durão Barroso elogiam a sua liderança"

MARQUES MENDES, *EXPRESSO*, 28/01/00



Fotomontagem **António Colaço**

**Informado e sério, Ferro Rodrigues provou naquele debate que Durão Barroso não sabe, de facto, nada de economia, finanças públicas, fiscalidade, saúde, educação, segurança social, defesa, ambiente, limitando-se a debitar umas quantas fórmulas decoradas sobre um ou outro ponto, mas pouco interiorizadas. E, nem mesmo a questão do tão falado choque fiscal foi capaz de explicar ou de demonstrar a sua coerência.**

EDITORIAL

# NÃO VALE TUDO

SILVINO GOMES DA SILVA

O único frente-a-frente televisivo entre Ferro Rodrigues e Durão Barroso foi claramente favorável ao secretário-geral do Partido Socialista que se mostrou preparado e em condições para governar o País. Se dúvidas houvesse relativamente à qualidade, à coerência, à consistência, à seriedade e à solidez dos modelos em confronto e dos seus protagonistas, o debate da SIC foi esclarecedor.

Em todas as matérias Ferro Rodrigues mostrou-se apto, apresentou soluções para o futuro, assumiu solidariamente a obra do Governo do socialista, desmontando ao mesmo tempo a demagogia do adversário.

Informado e sério, Ferro Rodrigues provou naquele debate que Durão Barroso não sabe, de facto, nada de economia, finanças públicas, fiscalidade, saúde, educação, segurança social, defesa, ambiente, limitando-se a debitar umas quantas fórmulas decoradas sobre um ou outro ponto, mas pouco interiorizadas. E, nem mesmo a questão do tão falado choque fiscal foi capaz de explicar ou de demonstrar a sua coerência.

Porventura, em termos de telegenia, Durão Barroso pode ter estado melhor, mas como não se tratava do concurso de Miss Portugal, como sublinhou no comentário João Cravinho, resulta que a postura do líder do PSD souu a falso e a plástico, particularmente a mensagem final em que foi evidente o intenso treino frente ao espelho. Neste debate, Ferro Rodrigues revelou merecer a confiança dos portugueses, enquanto Durão Barroso a única coisa que soube dizer foi "não fizeram, não fizeram", o que além de não ser verdade, revela um discurso pobre e vazio de ideias. Mas, por outro lado, todos ficámos conscientes de que Barroso se prepara para suspender a Ota, a co-incineração, a reforma curricular do secundário, e que a aquisição dos submarinos ainda tem de ser estudada; mas, pasme-se, a demagogia vai a ponto de dizer que concluirá a auto-estrada para o Algarve!

Após o debate da SIC, os portugueses ficaram a conhecer melhor os dois candidatos a primeiro-ministro. Pena é que não haja mais debates como este para que os eleitores pudessem mais esclarecidamente fazer a sua escolha. Se não há mais,

não é por causa do PS, que desde sempre se disponibilizou para participar em todos. O PSD é que, temendo a fragilidade do líder, retira-o o mais possível do confronto directo, evitando dessa forma a avaliação popular do mérito das suas propostas e da preparação do seu candidato.

A ironia do momento é esta: geralmente são os dirigentes do partido do Governo que se esquivam aos debates e a oposição reclama a sua falta. Paradoxalmente, passa-se o contrário nestas eleições e a leitura só pode ser a de que Durão Barroso tem medo e por isso foge do confronto.

As campanhas saem agora para a estrada e é nesse terreno que tudo se vai decidir. Sem fumos nem balões, a caravana socialista parte confiante nas capacidades de Ferro Rodrigues e na fundada convicção de que as melhores soluções para o País são as que o PS apresenta ao eleitorado. Apesar das sondagens, a hora é de reunir e mobilizar de forma a eleger Ferro Rodrigues primeiro-ministro de Portugal.

## SOUSA FRANCO APOIA FERRO

O ex-ministro das Finanças Sousa Franco deu o seu apoio à candidatura de Ferro Rodrigues ao cargo de primeiro-ministro, manifestando-se contra a proposta de choque fiscal apresentada pelo PSD, considerando-a "inadequada" para o equilíbrio das finanças públicas que se quer atingir em 2004 e "errada" para a revitalização da economia. "Já foi uma experiência feita com insucesso noutras economias e também não é recomendada pela União Europeia", alertou. No almoço que serviu para assinalar o apoio de Sousa Franco ao seu antigo colega de Governo, Sousa Franco sublinhou que nunca esteve zangado com o PS. "Critiquei como criticarei o que achar mal", disse.

O ex-ministro das Finanças elogiou a "competência, experiência de governação, capacidade de trabalho e dedicação à causa pública" de Ferro Rodrigues, sublinhando que o líder do PS é o "mais capaz" para dirigir

os destinos do País.

Sousa Franco elogiou também o programa de Governo do PS, referindo que as propostas são "positivas e aceitáveis", aconselhando que não se procure encontrar "bodes expiatórios" na função pública, mas antes seguir uma política de "alguma moderação salarial", a par de maior controlo no ingresso de efectivos na Administração Pública.

Ferro Rodrigues, por seu lado, agradeceu os elogios, afirmando tratar-se de um "apoio estimulante, responsável e emotivo", por vir de alguém que não escondeu as suas divergências com o rumo da governação. O secretário-geral do PS aproveitou ainda para agradecer a Sousa Franco o "papel fundamental" que teve, enquanto ministro das Finanças, para o desenvolvimento das "políticas sociais, como o aumento das pensões e o Rendimento Mínimo Garantido".



A notável intervenção de Ferro Rodrigues na apresentação do Programa de Governo e da Comissão de Honra não teve o devido relevo nos órgãos de Comunicação Social que se ficaram por breves e circunstanciais aspectos de um discurso denso no conteúdo, sólido nas propostas, coerente nas soluções e acutilante nas críticas. Por isso, o "Acção Socialista" não pode deixar de publicar na íntegra esta peça de oratória onde se consubstancia um projecto, uma estratégia e um caminho para Portugal.



# OS DESAFIOS DE PORTUGAL E O PROGRAMA DO PS

O Partido Socialista apresenta hoje aos portugueses o seu programa para as eleições de 17 de Março. Renovo aqui, de forma muito empenhada, o agradecimento a todos aqueles, socialistas e independentes, contribuíram para a sua elaboração. Agradeço emocionadamente a todos os que já aceitaram fazer parte da Comissão de Honra. Portugueses, dos melhores entre os melhores, para fazer de Portugal um dos melhores países da Europa. Este programa é o meu compromisso com o país, para o governo que queremos constituir na próxima legislatura

O que está em causa, a 17 de Março, é uma escolha clara entre dois caminhos diferentes. O meu caminho, é o caminho para uma maioria renovada. E assenta em três grandes convicções para o presente e para o futuro de Portugal.

A convicção de que podemos e devemos ter confiança em Portugal e nos portugueses. E na sua capacidade para superar as dificuldades que defrontamos.

A convicção de que temos condições para reforçar o investimento na inovação, na exigência e nas capacidades das empresas e das pessoas.

A convicção de que é possível aprofundar a coesão nacional, fazendo do território e do ambiente um eixo central de toda a acção do

governo. E caminhando, progressiva mas seguramente, para a construção de um modelo social de justiça e responsabilidade. O caminho dos nossos adversários é outro. Ainda que enunciado timidamente, ainda que de forma confusa e hesitante, é a proposta conservadora aquela que se desenha nas escassas medidas concretas que conhecemos.

Uma proposta fiscal de agravamento das

---

**Os portugueses conhecem o meu trabalho. E é este o meu património.**

---

desigualdades. Um modelo onde os direitos sociais cedem lugar a uma protecção a duas velocidades. Uma para os que mais podem, outra para os que menos têm.

Os portugueses vão escolher com serenidade e com a maturidade que têm sempre revelado. Temos ambição e humildade. Sabemos diagnosticar os problemas. Temos soluções e energia para as concretizar. É no reconhecimento das insuficiências do nosso trabalho e dos problemas que permanecem, que encontramos a força e a vontade de

vencer. Assumimos as nossas vitórias com a mesma humildade com que sabemos assumir os nossos insucessos.

Não farei desta campanha um exercício de ataque pessoal. Nem um combate onde a arrogância substitui a humildade democrática.

Os nossos adversários têm vindo a reduzir a sua campanha a uma grosseira mistificação do que foi a governação socialista. E a um diagnóstico falso sobre a nossa verdadeira situação.

Não aceitamos a imagem que querem construir de Portugal como um país de fracasso. Essa imagem fere Portugal e os portugueses. Fere-nos na nossa capacidade. Fere-nos na nossa imagem perante o mundo. Estou profundamente convicto que o balanço que a história fará dos anos desde a nova maioria de 1995 será, fundamentalmente, o balanço do muito que o país mudou em áreas

---

**Não farei desta campanha um exercício de ataque pessoal. Nem um combate onde a arrogância substitui a humildade democrática.**

---



---

**Não aceitamos a imagem que querem construir de Portugal como um país de fracasso. Essa imagem fere Portugal e os portugueses. Fere-nos na nossa capacidade. Fere-nos na nossa imagem perante o mundo.**

---

decisivas para o nosso futuro.

Da ciência ao ambiente. Das políticas sociais ao investimento infra-estrutural. Da nossa afirmação no mundo, até ao combate à toxicod dependência.

Mas o que fizemos não me impede de reconhecer onde falhámos. Reconhecer o que ficou por fazer e o que tem de ser aprofundado.

Conheço bem os problemas do país. Nunca escondi a pobreza. Combati-a, com os resultados que se conhecem.

Nunca escondi as dificuldades nas pensões. Mas comigo elas subiram como nunca havia acontecido em Portugal. Nunca escondi os



défices de qualificação e o obstáculo que isso representava para a competitividade da economia. Por isso se fez o Plano Nacional de Emprego e se investiu como nunca na formação profissional.

Os portugueses conhecem o meu trabalho. E é este o meu património.

Para mim, e que isto fique bem claro, é mais importante fazer bem do que prometer muito. Não prometo o que não posso cumprir. Não contem comigo para ser um vendedor de ilusões e fazer promessas irrealistas, só para ganhar as eleições a todo o custo.

Contem com seriedade, frontalidade e rigor. Com políticas de verdade para resolver problemas e enfrentar os desafios estruturais do país. O nosso programa é um programa completo e ambicioso.

É por isso que não receio pedir a confiança dos portugueses.

Vivemos um momento histórico que, para a geração que tem a responsabilidade de gerir

**Empenhar-me-ei, pessoalmente, em modernizar a máquina fiscal, para garantir a justiça.**

**Como já fiz, aliás, nas baixas fraudulentas. Se tivéssemos continuado a política que vinha a ser seguida com o PSD, tínhamos gasto entre 96 e 2001 mais 450 milhões de euros do que gastámos. Dinheiro que seria gasto na fraude e não na protecção aos doentes.**

os destinos do país, representa um desafio de enorme importância.

Temos um compromisso com as gerações que sofreram décadas de pobreza e subdesenvolvimento, e que hoje ainda defrontam difíceis condições de vida.

Mas temos igualmente um compromisso com as novas gerações, que têm de ser o motor essencial da nossa modernização, económica e social.

É este desafio que me proponho partilhar convosco.

Com confiança em Portugal e nos Portugueses. Com confiança na nossa capacidade de inovar e de correr riscos.

Mas também com a certeza que temos de superar muitos dos bloqueios que enfrentamos. E que nos impedem de transformar os sucessos que alcançamos em desenvolvimento sólido, seguro e sustentável.

Só poderemos superar esses bloqueios com mais exigência connosco próprios. Mais rigor no que fazemos.

Governar para alcançar níveis cada vez mais ambiciosos de convergência é um compromisso que hoje vos deixo.

Não apenas para responder a problemas de conjuntura, mas igualmente para dar resposta a problemas estruturais, cuja

**Para mim, e que isto fique bem claro, é mais importante fazer bem do que prometer muito. Não prometo o que não posso cumprir. Não contem comigo para ser um vendedor de ilusões e fazer promessas irrealistas, só para ganhar as eleições a todo o custo.**

natureza vai muito para além de uma legislatura.

É um desafio para o qual temos de saber mobilizar a ampla maioria dos portugueses. Para que possamos ser ambiciosos nas metas que traçamos. Mas realistas nos passos que damos para lá chegar.

Este é o nosso programa e nele assumo as minhas prioridades.

Sabemos que Portugal precisa de fazer um grande esforço para cumprir os compromissos orçamentais, que são hoje uma regra da União Europeia.

É um esforço que defrontamos hoje. Mas que tem uma enorme importância para o futuro.

Afirmo aqui, perante vós, a vontade de reduzir a zero o défice das nossas contas públicas. Défice zero em 2004.

Essa será a minha primeira preocupação. E é um ponto fundamental do nosso programa. Equilibrar as contas públicas. Temos um programa muito exigente para atingir o equilíbrio orçamental. E para cumprir os objectivos do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O programa do PS assume este objectivo. E identifica as opções que o viabilizam:

Aplicar com o máximo rigor a Lei de Enquadramento Orçamental. Aprovar uma nova Lei de Estabilidade Orçamental. Limitar o crescimento da despesa corrente primária a 4% ao ano. E fazê-lo com

solidariedade entre todos os sectores da Administração. Não esquecendo a nossa política de diferenciação positiva, a favor dos mais desfavorecidos, sejam pessoas, famílias ou regiões periféricas. Como as regiões dos Açores e da Madeira, onde rigor e justiça se devem compatibilizar.

Controlar a despesa é essencial. Temos objectivos e instrumentos que o nosso programa identifica e de cujos resultados darei conta

com regularidade aos portugueses.

Teremos uma despesa melhor e mais justa. E para que isto seja possível, temos de ter uma máquina fiscal mais eficaz. Esta é uma das minhas grandes prioridades: um combate sem tréguas à fuga e à fraude fiscais.

Há quem estime em mais de 5 mil Milhões de Euros o montante da fuga e evasão. Pela minha parte, considero esta realidade inaceitável.

Quem foge a pagar os impostos que deve pagar, não rouba o Estado. Rouba todos os que trabalham e pagam. E faz concorrência desleal aos empresários que cumprem as regras.

Isto tem que acabar. Serei totalmente intolerante e intransigente para com este desrespeito pelo bem comum.

Empenhar-me-ei, pessoalmente, em modernizar a máquina fiscal, para garantir a justiça.

Como já fiz, aliás, nas baixas fraudulentas. Se tivéssemos continuado a política que vinha a ser seguida com o PSD, tínhamos gasto entre 96 e 2001 mais 450 milhões de Euros do que gastámos. Dinheiro que seria gasto na fraude e não na protecção aos doentes.

Mas este quadro de rigor não é um fim em si mesmo. É um instrumento para investirmos,

com realismo, nas necessidades das pessoas e para gerar competitividade.

É por isso que no programa t e m o s m e d i d a s fortes, de qualidade e exigência, na saúde, na justiça, na administração pública,

na educação.

Medidas orientadas para a qualidade de vida dos portugueses. Medidas orientadas para a qualidade do serviço público. Medidas para garantirmos a convergência com os países que melhor concretizam o modelo social europeu.

**Sei o que quero para a escola. Mais rigor, mais qualidade, mais exigência. Mas mais exigência para que mais jovens tenham uma boa educação. E não para que mais fiquem pelo caminho. O líder do PSD veio falar de eliminações. Eu não quero eliminar. Muito pelo contrário. Quero exigência e avaliação, mas, para que mais continuem a estudar.**

Para que isso aconteça, vamos investir mais onde é mais necessário.

Apresentei já algumas das medidas que pretendemos afirmar no campo da saúde.

Saliento-vos hoje que Portugal tem um défice inaceitável de profissionais de saúde, em especial de médicos e enfermeiros. Um défice que se faz sentir sobretudo no interior do país. É inadmissível que haja respostas que ficam por dar porque não há quem as dê. A partir de 2004, as escolas de medicina vão admitir todos os anos pelo menos 1.300 alunos e as de enfermagem pelo menos 3.000.

Precisamos de uma convergência nacional para melhorarmos a nossa competitividade. Das empresas, das regiões, do país.

Só o poderemos fazer se formos capazes de construir uma verdadeira aliança que promova o Portugal inovador. A nossa política de alianças resume-se ao seguinte: o PS vai aliar-se com o Portugal da inovação.

Com as empresas que apostaram e venceram a batalha da inovação e da investigação.

Com os jovens que, como nunca, investiram em formações avançadas.

Com os criadores culturais que se compararam com o que de melhor se faz na Europa e no Mundo.

Com todos os que permitiram que Portugal duplicasse





em cinco anos, a I&D empresarial. A promoção desta aliança é uma das pedras base do nosso programa. Precisamos de uma escola melhor. Sou muito

**A partir de 2004, as escolas de medicina vão admitir todos os anos pelo menos 1.300 alunos e as de enfermagem pelo menos 3.000.**

sensível ao sentimento dos pais. É preciso melhorar as respostas que a escola dá. Quanto melhor for a nossa escola, melhor será o futuro do nosso país.

Sei o que quero para a escola. Mais rigor, mais qualidade, mais exigência. Mas mais exigência para que mais jovens tenham uma boa educação. E não para que mais fiquem pelo caminho. O líder do PSD veio falar de eliminações. Eu não quero eliminar. Muito pelo contrário. Quero exigência e avaliação, mas, para que mais continuem a estudar. Não contem comigo para afastar jovens de 15 anos do sistema educativo. A escola tem de promover a excelência. Mas também tem de ajudar os que mais precisam e promover a igualdade de oportunidades.

Não podemos ter melhor escola com alunos que não sentem a escola como um passo decisivo na sua vida.

Não podemos ter melhor escola com professores a quem não é distribuído trabalho.

Não podemos ter melhor escola com os pais, as comunidades e as autarquias desligadas da sua vida.

É aqui que está a chave para o nosso futuro colectivo. E para cada um dos jovens.

É por isso que, no nosso programa, proponho um pacto para a educação com um horizonte de 20 anos. Um pacto assinado pelos principais partidos políticos e pelos parceiros sociais. Um pacto capaz de mobilizar toda a sociedade portuguesa. Que fará de Portugal um dos melhores entre os melhores.

Portugal tem de conseguir atingir os níveis de qualificação da população activa dos países mais avançados da Europa. Só assim podemos ultrapassar bloqueios de séculos e projectar um futuro mais competitivo para a nossa economia.

Vamos fazer com que, ano após ano, mais portugueses prossigam estudos após o 9º ano. E vamos fazer com que todos os jovens trabalhadores recebam formação profissional. Temos que ter como ambição, a médio prazo, o alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos.

Vamos generalizar a avaliação do ensino superior. Não só dos cursos, mas também das instituições. De acordo com normas internacionais e incluindo como critério as saídas profissionais.

Vai ser obrigatório tornar públicos os dados sobre o emprego dos licenciados de cada instituição e curso, um ano após a conclusão da licenciatura. Não podemos formar licenciados para o desemprego. O país, as empresas e a economia precisam demasiado de jovens altamente qualificados para desperdiçarmos este imenso capital humano.

Vamos lançar "formações curtas" para diplomados de áreas em que é difícil encontrar emprego. Para isso, vamos incentivar contratos-programa, entre o ensino superior e as empresas. Para responder às necessidades reais do mercado de trabalho.

Vamos fazer com que, gradualmente,

"depois das aulas" os jovens fiquem mais tempo nas escolas, para atenuar as preocupações das famílias e garantir mais futuro. Os jovens sozinhos em casa, depois da escola, estão mais sujeitos a riscos sociais. E o país tem cada vez mais escolas bem equipadas, cujos recursos devem ser plenamente aproveitados.

Vamos, também, continuar o aumento a rede de creches e jardins de infância. Nomeadamente, nos grandes centros urbanos. E vamos fazer com que o prolongamento dos horários seja uma regra e não a excepção. As famílias que trabalham

**No início escondiam o candidato e geriam silêncios. Depois, passaram também a esconder as políticas, porque acham que o melhor é estarem calados.**

têm de ter condições para ter filhos.

Necessitamos igualmente de promover uma convergência reforçada. Para garantir a coesão territorial e o desenvolvimento equilibrado do nosso território.

Da plataforma atlântica, vector essencial do nosso futuro competitivo, às regiões de fronteira, onde novas oportunidades se abrem, passando pelas regiões deprimidas e periféricas, onde a solidariedade nacional tem de continuar a afirmar-se.

Acima de tudo, e em todas elas, com capacidade para dinamizar o investimento. Investimento privado, mas também público. Nas empresas, mas igualmente nas infra-estruturas.

**Quem foge a pagar os impostos que deve pagar, não rouba o Estado. Rouba todos os que trabalham e pagam. E faz concorrência desleal aos empresários que cumprem as regras.**

Não podemos parar um ritmo de investimento que é um dos nossos maiores factores de confiança para o futuro.

O investimento e a modernização das infra-estruturas não são travões ao progresso social. São, pelo contrário, uma das suas condições básicas de sucesso.

Também aqui temos de ser rigorosos. Mas o futuro não nos perdoará se não formos ambiciosos.

É igualmente o futuro que nos exige que, com rigor e exigência, assumamos as nossas responsabilidades na protecção social.

Hoje são os idosos aqueles que maior risco de pobreza enfrentam. É para eles que a diferenciação positiva das políticas sociais tem que se dirigir cada vez mais. Sem promessas demagógicas. Mas com avanços reais, e possíveis, como aquele que o programa do PS avança. Garantimos que cada casal idoso em caso algum poderá ter um rendimento inferior a um salário mínimo. Mas o futuro exige-nos que, com segurança, possamos transmitir confiança àqueles que se aproximam da idade da reforma. Não podemos deixar de afirmar a nossa solidariedade, como comunidade.

E essa solidariedade tem uma expressão concreta. Na certeza de que, comigo, o fundo de reserva para as pensões continuará a ser reforçado. Em 1995, pouco ultrapassava os 300 Milhões de Euros. E estava praticamente abandonado. Ele é hoje de mais de 3.800 Milhões de Euros. E será, com a Maioria Renovada que estamos a construir, de 10.000 Milhões de Euros em 2006.

Esta é a minha ideia para o país. A minha proposta para uma maioria renovada. Promover a confiança em Portugal e nos portugueses. Investir na inovação, na exigência e nas capacidades das pessoas. Investir na saúde, na educação e apoiar a família. Levar mais longe a coesão social. Fazer do território e do ambiente um eixo central de toda a acção do governo.

Do outro lado temos a proposta do PSD. Assumidamente, de direita neo-liberal. Sejamos claros:

A proposta do PSD é uma aposta na incerteza.

Sobre questões centrais, quantas mudanças, quantas hesitações, quantos ziguezagues, quantas contradições. E tudo apenas no espaço de um mês.

No início, iam privatizar a Caixa Geral de Depósitos. Depois, afinal, já não era bem assim.

No início, iam privatizar a segurança social. Depois, o silêncio.

No início, iam dar mais competências às autarquias locais. Depois, já vieram dizer que o essencial é rever as finanças locais,



para pagar menos.

No início, iam rever o Programa de Estabilidade e Crescimento. Depois já dizem que o querem cumprir.

No início, era o tão apregoado choque fiscal. Depois, já era só um choque gradual. Que já ninguém percebe bem em que é que consiste.

Afinal, em que é que ficamos?

A proposta do PSD é, além do mais, socialmente injusta.

Querem baixar o IRS para aqueles que ganham mais de 1170 contos por mês. E só para esses. Mas o IVA, um imposto socialmente cego, que pagamos todos os dias quando consumimos, esse já sobe 2% para toda a gente.

Querem privatizar a segurança social. Para que quem tem mais dinheiro o possa aplicar nos fundos privados. Pondo em risco o sistema público. Que defende a classe média. Que defende os que trabalham por conta de outrém.

Querem fazer uma contra reforma social. São ou não são a favor dos despedimentos individuais sem justa causa? Têm de o dizer aos portugueses.

E a proposta do PSD é, acima de tudo, demagógica e irresponsável. Isso custa caro, muito caro ao país.

Primeiro, andaram pela Europa a fazer uma campanha sem precedentes para arruinar a credibilidade de Portugal junto dos nossos parceiros e dos mercados internacionais. Depois, dizem que vão cortar brutalmente receitas; mas que vão também aumentar as despesas, prometendo tudo a todos só para

---

### **Afirmo aqui, perante vós, a vontade de reduzir a zero o défice das nossas contas públicas. Défice zero em 2004.**

---

ganhar as eleições.

E eu pergunto: como é que pensam equilibrar as contas? Como é que gastando mais, e arrecadando menos, pensam conter o défice? Como é que pensam dar credibilidade e competitividade ao país e confiança aos agentes económicos?

Como é que é possível dizer que o país está numa situação catastrófica, e prometer tudo a todos na saúde e nas questões sociais? Como é que se compreende que tenham feito passar a ideia de que vão dar confiança a comissários europeus? Será que não sabem que isso não é da competência do Governo? Será que é por tudo isto que falam pouco e debatem o mínimo possível?

A proposta do PSD revela falta de coragem. Não têm coragem de dizer o que, verdadeiramente, querem fazer. Limitam-se a avançar e a recuar. Como se estivessem num supermercado de promessas. Ao sabor de pressões e de interesses. E quando as sondagens com que testam as suas propostas dão sinais de discordância.

No início escondiam o candidato e geriam silêncios. Depois, passaram também a esconder as políticas, porque acham que o melhor é estarem calados.

---

### **A proposta do PSD é uma aposta na incerteza. Sobre questões centrais, quantas mudanças, quantas hesitações, quantos ziguezagues, quantas contradições. E tudo apenas no espaço de um mês.**

---

Com arrogância, querem fazer passar uma pose de Estado como alibi, como desculpa para não ir ter com as pessoas. Para não explicar nada. Para não debater com ninguém.

Mas esta atitude paga-se caro. O respeito pelos portugueses obriga a que digam, de facto, o que querem. Obriga a que exponham as suas propostas. E as debatam seriamente perante o país.

Por exemplo, qual é a alternativa que apresentam à co-incineração? Voltar a não tratar os resíduos? Já sabemos que não querem a co-incineração. Não se cansam de o repetir. Mas não sabemos mais nada. Afinal o que é que queriam fazer com os resíduos perigosos?

E o que vão ao fundo de capitalização da segurança social? Porque não o dizem?

Os portugueses sabem que tenho ambição, mas também humildade. Sinto e vejo todos os dias que os nossos adversários já decidiram o resultado antes de os portugueses, serena e responsavelmente, votarem. Já estão a escolher os lugares onde se querem sentar.

Mas reparem. Os nossos adversários, agora, já só se limitam a repetir até à exaustão que querem mudar.

Mas mudar o quê e para quê? A mudança não é um valor em si. E mudar de opções já eles mudaram muitas vezes.

Nós, desde 1995, introduzimos mudanças profundas em várias áreas. Das políticas sociais às políticas científicas e tecnológicas. Da cultura ao ambiente. Do pré-escolar à justiça. E queremos continuar estas profundas mudanças.

Porque vos falo de olhos nos olhos, os portugueses sabem com o que podem contar.

Aqueles que vivem do seu salário sabem que comigo a segurança social pública não está em risco. Sabem que o salário mínimo crescerá com ambição mas com realismo. Sabem que tudo farei para que a justiça fiscal seja para todos.

Mas sabem também que não pactuarei com interesses instalados. Sabem que tudo farei para que sejamos mais exigentes connosco próprios. E para que as empresas portuguesas sejam competitivas e modernas. Criem riqueza e defendam o emprego.

As empresas do meu país e os empresários que as gerem sabem que tudo farei para que se elimine a burocracia no Estado. Tudo farei para que a legislação se modernize. E para que quem trabalha veja reconhecidos os seus direitos. Mas não possa fugir aos seus deveres. Portugal não ganhará o seu futuro e a sua competitividade com empresas que se escudam nos nossos brandos costumes para não cumprirem as suas obrigações para com



a comunidade.

Portugal não ganhará o seu futuro e a sua competitividade com trabalhadores que se servem abusivamente dos seus direitos pondo em causa os direitos de todos.

Os mais pobres e fragilizados, os idosos

---

### **Aqueles que vivem do seu salário sabem que comigo a segurança social pública não está em risco. Sabem que o salário mínimo crescerá com ambição mas com realismo. Sabem que tudo farei para que a justiça fiscal seja para todos.**

---

dependentes, os portadores de deficiência, os desenraizados sabem que comigo serão sempre a primeira prioridade. Não apenas em tempo de eleições. Sabem que continuarei a tomar medidas para lhes garantir o direito à cidadania. E dentro desse direito, o mais importante de todos: o direito a assumir responsabilidades.

As regiões do meu país, especialmente aquelas que mais sofrem os problemas da periferia, mas também os problemas do congestionamento urbano, podem contar

comigo. Para pôr o investimento público e as despesas sociais à frente de qualquer outra despesa do Estado. Mas sabem, também, que espero de todos uma responsabilidade activa para alcançarmos as metas do equilíbrio orçamental e do rigor. Hoje apresentamos aos portugueses o nosso programa eleitoral. Os problemas que consideramos prioritário resolver. As medidas que vamos, com seriedade, tomar para responder às necessidades do país. Os portugueses vão escolher. Conhecem o que fizemos. Conhecem o que fiz. E conhecem, agora, o quero fazer. É com este programa que vamos, com determinação, enfrentar os desafios de Portugal. Há quem julgue que as eleições estão decididas contra nós.

Desenganem-se.

Estamos aqui para vencer.

Mas só venceremos se os socialistas e não socialistas que estão connosco nesta campanha derem, cada vez mais, o melhor do seu esforço, da sua determinação e da sua vontade. Aos candidatos das listas do PS, às organizações regionais e locais do PS, aos movimentos de independentes que se têm formado para me apoiarem, peço-vos um esforço suplementar.

Porque muito está em jogo, conto connosco. Conto connosco não apenas para participarem nas eleições, mas para as ganharmos. Podemos ganhar. Vamos ganhar.

Os portugueses podem contar comigo.



# UM PROGRAMA DE EXCELÊNCIA

A sala de congressos da antiga FIL foi pequena para acolher os socialistas que compareceram em força na sessão de apresentação do Programa de Governo e da Comissão de Honra. Mobilizado como nunca, o PS saiu reforçado depois de mais de cinco horas de discursos em que foi sublinhada a qualidade das propostas e das soluções vertidas no Programa de Governo, ao mesmo tempo que se desmontava, argumento por argumento, a ineficácia e injustiça das alternativas conhecidas, nomeadamente as do PSD e do seu prometido choque fiscal. A Ferro Rodrigues todos deixaram palavras de estímulo, de confiança e de apoio no que ele representa de consciência social, de serenidade e de competência.



Vitalino Canas, ao abrir a cerimónia, não esteve com meias palavras: "Para escrever este Programa não necessitámos de ir a Espanha". A intervenção de Canas, no Centro de Congressos de Lisboa, substituiu o discurso do coordenador do programa de Governo do PS, António Costa, por se encontrar afónico. A convenção começou com um filme sobre os resultados dos governos socialistas nos últimos seis anos, com destaque para a vertente social e para as pastas em que Ferro assumiu as funções de ministro: o Trabalho e o Equipamento Social. No entanto, no seu discurso, Vitalino Canas disse que o PS, "apesar de saber que Portugal está

melhor do que há sete anos, também entende o desejo de mudança", acrescentando que os socialistas têm consciência "do que o País necessita e aquilo que os portugueses querem". "Sabemos que espera ao PS uma agenda exigente", afirmou o actual secretário de Estado da Presidência, antes de definir como objectivos de um Governo liderado por Ferro Rodrigues "o rigor nas finanças públicas, a reafirmação da autoridade do Estado e a reforma do sistema político". "O programa que o PSD apresentou centra-se numa doutrina suspensiva, mas os socialistas não querem suspender o aeroporto da Ota, a resolução

do problema dos resíduos industriais perigosos, o reequipamento militar ou a reforma curricular", contrapôs Vitalino Canas no cotejo das principais propostas em presença no acto eleitoral de 17 de Março. Segundo o dirigente socialista, a única coisa que o PSD não quer suspender é a sua incompetência, pois "suspende aquilo que anunciou há um mês, ou aquilo que disse há cinco minutos". "O PS recusa a suspensão do País", sublinhou Canas, antes de frisar que aquela cerimónia não teria "nem balões, nem fumos, nem ideias importadas". Depois de enumerar os pontos-chave do Programa de Governo Socialista, Vitalino Canas assegurou que o documento orientador está "à altura de Portugal e de Ferro Rodrigues", assumindo-se como um "compromisso de mudança" ambicioso, mas sobretudo, "sólido e realista".

## Fetiçaria fiscal

O economista Silva Lopes centrou a sua intervenção na desmontagem do choque fiscal anunciado pelo PSD, que classificou como "um esquema embrulhado em falsidades e omissões para reduzir a carga fiscal dos detentores de rendimentos elevados". "O choque fiscal vai beneficiar cinco por cento das famílias portuguesas, provavelmente menos. Os outros 95 por cento vão perder", alertou, acrescentando que "não terá grande efeito sobre o crescimento económico ao contrário do que o PSD sustenta". Silva Lopes disse ser preciso que "o povo esteja consciente destas consequências". Quanto à redução generalizada do IRC proposta

pelo PSD, Silva Lopes disse que só a prazo terá benefícios no crescimento económico, traduzindo-se no imediato numa quebra de 200 milhões de contos de receitas. Por isso, defendeu reduções graduais no IRC, premiando selectivamente as empresas mais inovadoras. Silva Lopes estimou ainda em cerca de 500 milhões de contos a receita perdida com a redução de impostos prevista pelo PSD, que não será compensada pelo aumento do IVA, que no nosso país já é "uma carga muito pesada", das maiores da Europa. Satisfeito por verificar que no PS de Ferro "não há tabus, vacas sagradas ou alianças sem princípios", o economista José Amaral criticou o "romantismo volátil" do Programa de Governo do PSD, falando do que qualificou como um "exercício de fetiçaria" fiscal. É que, na opinião de Amaral, "a dificuldade não está em encontrar quem faça contas, mas sim quem defina o rumo". "É preciso mais e melhor Estado", defendeu, reconhecendo a determinação e o rigor das propostas de Ferro Rodrigues. Quanto a Durão Barroso, apenas uma achega: "Há tempos ele não sabia quando ia ser primeiro-ministro e agora também não sabe como". Outro economista, António Simões Lopes, afirmou-se desagrado com os discursos ouvidos em vários quadrantes políticos, onde se confundem objectivos com instrumentos. "O discurso gasta-se nas finanças, falando-se pouco e de forma redutora sobre a economia real", alertou, explicando que, de facto, a esfera económica é essencial, mas deve estar ao serviço do fim social.







Simões Lopes, que foi docente de Ferro Rodrigues, enalteceu os valores, as convicções e os ideais do actual líder socialista, sublinhando o rigor e o conhecimento como características que o fazem ser "o melhor candidato para colocar Portugal na rota do desenvolvimento".

"Diga a verdade aos portugueses para acabar com a especulação que mina a confiança dos portugueses e defina prioridades, abandonando a navegação à vista", foi o apelo lançado pelo economista Rui Vilar a Ferro Rodrigues.

Segundo sublinhou Rui Vilar, "governar é antecipar as mudanças, num quadro em que profundas alterações a nível global não são perceptíveis".

Rui Vilar pediu ainda ao líder do PS que "reafirme os valores da coesão, perante o apelo ao individualismo e à competição desenfreada sem rei nem roque".

Vieira da Silva, outro economista, zuriu forte e feio nas propostas do PSD, em especial no apregoado choque fiscal, exemplo emblemático da cartilha neoliberal, salientando que "o défice seria agravado, mesmo com o aumento do IVA, e as desigualdades agravar-se-iam".

"Como se compreende que se proponha uma descida do IRS para as famílias mais ricas?", perguntou.

Vieira da Silva, perfeitamente identificado com o programa económico do PS, referiu que, apesar da conjuntura difícil, é possível "descer os impostos, privilegiando quem trabalha, os mais pobres e a classe média, reduzir a despesa pública e combater a evasão fiscal, alcançando o equilíbrio orçamental em 2004".

Na sua intervenção, teceu ainda rasgados elogios a Ferro Rodrigues. "É o melhor candidato a primeiro-ministro, porque tem a ética republicana que é servir os outros".

#### Programa claro e corajoso

Rui Alarcão subiu ao palco para aplaudir o programa do PS, que classificou como um documento "claro, concreto e corajoso".

Também Ferro Rodrigues mereceu o reconhecimento do professor. "É um homem de obra feita com seriedade e convicção", disse.

Rui Alarcão referiu, por outro lado, ser necessário admitir que ao longo dos seis anos de governação socialista "nem sempre a metodologia dos Estados Gerais foi aplicada", salientando que "o diálogo é um meio, não é um fim".

No entanto, frisou, "seria injustiça e erro não reconhecer que o PS praticou novos modelos de

diálogo político".

Rui Alarcão disse ainda que só o PS está em condições de "restabelecer a confiança" e que o nosso partido deve partir para o próximo acto eleitoral com "orgulho da obra feita". Um combate que, adiantou, "será ganho por quem sabe fazer bem".

O jornalista Luís Osório, que – segundo frisou – tinha "todas as razões" para não estar ali, esteve no Centro de Congressos de Lisboa para apoiar Ferro Rodrigues "com toda a convicção", visto

considerá-lo "o homem que marcará a diferença". Numa intervenção, que inquietou a sala, mas que depressa se transformou em motivo de consenso, Osório enumerou as razões pelas quais prefere Ferro a Durão, salientando que podia até arriscar o seu futuro profissional, mas que não podia permanecer indiferente perante qualidades "escandalosamente diferentes".

Segundo o jornalista, o líder socialista "sabe o que fazer com o poder e com a esquerda", sendo, por tudo isto e mais, "o melhor primeiro-ministro

que Portugal pode ter, como já foi o melhor ministro das últimas décadas".

O professor do Instituto Superior de Agronomia falou a Ferro sobre o carácter acessório de uma política assistencialista para a agricultura, defendendo uma estratégia de enquadramento e incentivo para a competitividade do sector.

"Caberá ao Governo criar condições de desenvolvimento sustentável" que atendam às cada vez maiores exigências dos consumidores, à qualidade ambiental e à segurança alimentar",

## PS E MHD RENOVAM ALIANÇA



O Partido Socialista renovou o acordo eleitoral com o Movimento Humanismo e Democracia (MHD).

O documento foi assinado pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o presidente do Partido, Almeida Santos, o secretário-geral do MHD, Luís Barbosa, e o seu presidente, Rui Pena, na apresentação do

Programa de Governo socialista.

O acordo garante a colocação de dois elementos do MHD em lugar elegível nas listas de candidatos a deputados do PS (Teresa Venda e Maria do Rosário Carneiro), comprometendo-se a "motivar o eleitorado centrista e democrata-cristão a votar para uma maioria absoluta liderada pelo Partido

Socialista".

No texto ressalva-se que o acordo "não se pode considerar extensível, sem prévia anuência, a qualquer coligação ou acordo de incidência pós-eleitoral".

Por seu turno, o PS "auscultará o MHD em todas as matérias de relevante importância política, económica, educacional e social".



observou, sem deixar de apelar a uma certa "discriminação positiva" para a pequena agricultura. O advogado Vasco Vieira de Almeida afirmou-se convicto da força impulsionadora do PS para renovar a esquerda democrática e "revigorar" as posições doutrinárias. Insurgindo-se contra a centralização do debate político nas finanças públicas, após o badalado "choque fiscal" de Durão Barroso, Vieira de Almeida defendeu que a redução de despesas públicas não deve implicar o abandono das políticas sociais, nem provocar um abrandamento do investimento público.

### Fazer política não é fazer espectáculo

Marçal Grilo, na sua intervenção, manifestou o apoio ao PS e ao seu líder. "Estou aqui por um imperativo de consciência e dever de cidadania para manifestar o apoio inequívoco à candidatura de Ferro Rodrigues", afirmou o ex-ministro da Educação.

Segundo o governante, "Ferro Rodrigues representa não só a consciência social, mas também a serenidade e a competência, o que fazem dele o melhor candidato a primeiro-ministro".

Marçal Grilo sublinhou ainda que "fazer política não é fazer espectáculo. Fazer política é reformar o sistema político caduco, reformar a Administração Pública, combater os interesses ilegítimos, combater a ignorância, a pobreza e também o discurso catastrofista".

A defesa das virtualidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ocupou grande parte do discurso de Correia de Campos, que acusou o PSD de querer desmantelar esta grande conquista, para no seu lugar erguer o "velho sistema assistencialista de antes do 25 de Abril".

"O SNS revigorado e modernizado é o desejado pelos portugueses", frisou, lembrando que este projecto - que tem como

matriz "a igualdade e diferenciação positiva a favor dos mais fracos" - levou desde a sua criação pelo socialista António Arnaut "conforto a todos os portugueses, erguendo uma rede de centros de saúde que cobre todo o País, do sul ao norte e do litoral ao interior".

Para o ministro da Saúde, "insustentável não é o SNS mas sim a leveza de pensamento do PSD". Correia de Campos salientou ainda que "80 por

cento do programa do PSD na saúde é copiado do programa do PS", enquanto "os restantes 20 por cento são a combinação do liberalismo ignorante com o esquerdismo insensato".

### Um novo PS

Defendendo que o Portugal desde 1995 mudou muito para melhor, foi um João Cravinho motivado

para a campanha que afirmou "cresce-nos a força para acelerar o País para a rota do desenvolvimento" e que Ferro Rodrigues "garante uma visão estratégica de Portugal na União Europeia e no mundo". No ataque ao PSD, incisivo, o ex-ministro afirmou que "não usamos a demagogia nem fazemos promessas a eito", para mais à frente criticar a ausência na pré-campanha do "frouxo" líder laranja que nos seus ziguezagues diz "uma coisa num dia e o seu contrário no dia seguinte" o que "só contribui para lançar a desconfiança e o descrédito". Cravinho acredita que o portugueses confiarão "no novo PS com Ferro Rodrigues à frente".

Já Nuno Severiano Teixeira, actual titular da pasta da Administração Interna, focou a sua intervenção nas questões de segurança e defesa. Explicando que tinha começado por hesitar em intervir naquela sessão, "um imperativo de consciência impediu-me de ficar de fora" disse aquele independente para quem "este é o projecto que melhor se identifica com a ambição que tenho para o País".

O professor universitário e ensaísta Eduardo Lourenço apelou aos socialistas para que "não se envergonhem daquilo que fizeram" nos governos de António Guterres, criticando a "dramatização demagógica" veiculada pela oposição.

Na mensagem lida pelo ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, Eduardo Lourenço insurgiu-se contra o discurso apocalíptico do PSD, denunciando que "esse país (Portugal) à beira do abismo, à espera do salvador é uma pura ficção e não pode convencer ninguém".

"Excluindo o sector da saúde, Portugal já ascendeu a níveis europeus", sobretudo, porque, "durante os últimos seis anos, o PS fez um trabalho que não tem de se envergonhar", sustentou o ensaísta.

Lourenço lembrou também que, antes dos Estados Gerais de 1995, "não havia paixão colectiva sobre a ciência e a tecnologia", dinamismo que, disse, "tornou-se irreversível" com o trabalho realizado



pelo ministro Mariano Gago. O docente universitário teve ainda fortes críticas à estratégia laranja, insurgindo-se "contra a berlusconização caseira e europeia".

### Um Estado de excelência

O presidente do Movimento Humanismo e Democracia (MHD), Luís Barbosa, pediu a Ferro Rodrigues a construção de um "Estado de excelência", através de um pacto entre o Estado e a sociedade civil.

Na sua intervenção, Luís Barbosa recebeu muitas palmas quando denunciou a existência de "uns salazarentos que andam por aí e que querem pôr o País de cama".

"Oliveira Salazar também começou assim: pôs o País de cama e depois nunca mais lhe deu alta", comentou o ex-ministro da AD.

Barbosa reconheceu que, em Portugal, o Estado "pode gastar melhor na saúde" e que, no futuro, "o Estado será sempre insuficiente para responder às necessidades".

"Por isso, o grande desafio é tornar o Estado um exemplo de excelência e não um factor de recessão", sustentou, acrescentando que "não podemos deixar que o pessimismo e a descrença minem a capacidade de mudança e de adaptação permanente a novas realidades".

O docente universitário Alfredo Bruto da Costa foi ao Centro de Congressos defender a continuidade dos investimentos no combate à pobreza e a favor dos idosos, criticando os modelos de governo tecnocráticos.

Determinado a falar do futuro e considerando Ferro Rodrigues como "o melhor para Portugal", Bruto da Costa explicou que "pensar que é preciso crescer primeiro para repartir depois é um erro", pois "a qualidade social de um país, a sociedade e a justiça social são os domínios essenciais de toda e qualquer boa governação".

Aos adversários do PS, o professor universitário advertiu: "Não digam que não se pode fazer, digam antes que não sabem".

O constitucionalista Gomes Canotilho não hesitou em afirmar que acredita "na bondade das propostas do PS", declarando: "Estou convosco e confio em vós."

Canotilho advogou pelo princípio da igualdade e da justiça social, afirmando-se partidário de "um Estado de saber, de competência, de cultura e de paz, cooperativo e integrado aos níveis nacional e internacional".

E, porque "a hora não é de sebastões, mas de pessoas normais e competentes", o professor Gomes Canotilho garantiu votar em Ferro Rodrigues a 17 de Março, homem que retirou Portugal do último escalão europeu da pobreza".

### AD nunca mais

O dirigente da CGTP-IN Ulisses Garrido entusiasmou a plateia da FIL, ao proclamar "AD nunca mais", durante a sua intervenção, prometendo ser um "apoianta incómodo" da candidatura do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, ao lugar de primeiro-ministro de Portugal, mas disse apoiá-lo, porque "segue uma política inequivocamente de esquerda".

Parte da intervenção do membro da Comissão Executiva da central da Vítor Cordon foi dedicada a ataques às forças políticas à direita do PS, lembrando que naquele dia fazia precisamente "20 anos da greve geral de 1982" contra o Governo da AD.

Ulisses Garrido disse que no País há dificuldades em vários sectores e que estes períodos "são



também propensos ao aparecimento do populismo".

"Aparecem aqueles discursos do género de que é preciso acabar com o novo aeroporto em nome das criancinhas", disse, referindo-se a uma recente intervenção do presidente do PSD.

A verdade, segundo o sindicalista, é que "está em marcha uma perigosa ofensiva capitalista e neoliberal", com um estratégia que esquece "os injustos benefícios fiscais e a fuga aos impostos". "Nessas questões, o silêncio é de ouro", comentou, antes de terminar com uma mensagem de optimismo e de confiança na vitória das forças de progresso lideradas pelo camarada Ferro Rodrigues. "Não nos venham falar nas sondagens, porque não há vencedores antecipados. Aqui (no PS), há lutadores e há gente empenhada em saber merecer a vitória no dia 17 de Março", afirmou Ulisses Garrido.

Dos Açores, a voz de Gabriela Canavilhas pôs a

tónica nos elogios à obra realizada na região pelo Governo Regional chefiado por Carlos César, que tem conseguido um desenvolvimento económico equilibrado.

"A autonomia dos Açores permite a contribuição directa dos açorianos no desenvolvimento da região", disse.

Gabriela Canavilhas referiu, por outro lado, estar perfeitamente identificada com o projecto socialista "que dá um papel de relevo aos valores da solidariedade social", em contraponto com "o liberalismo desenfreado" da proposta do PSD.

### Mania de fazer bem as coisas

Adriano Pimpão, reitor da Universidade do Algarve, também não poupou elogios a Ferro Rodrigues, salientando que o conhece há 30 anos e sempre lhe reconheceu "a mania de fazer bem as coisas".

Não faltaram também palavras de apreço para a

acção do PS no Governo, que "soube criar uma estratégia de desenvolvimento virada para as pessoas quando assumiu o poder em 1995".

Por outro lado, a onda neoliberal protagonizada pelo PSD foi alvo das críticas de Pimpão, que denunciou a moda da "eliminação da responsabilidade do Estado e das privatizações", tendo como pano de fundo uma visão alarmista e catastrofista para enganar os mais incautos.

Já Julieta Sanches, na sua intervenção, sublinhou que o Governo do PS "deu grande apoio às organizações de solidariedade social", acrescentando que, no entanto, "há ainda muito por fazer" nesta área.

Por isso, adiantou, "precisamos de um Governo que escolha a parceria com os cidadãos e as organizações para o desenvolvimento. Com Ferro Rodrigues teremos um Governo dos cidadãos para a cidadania".

Ao palco da velha FIL subiu também o ministro da Ciência e Tecnologia, que veio acusar o PSD de ter feito um "governo pré-digital e cientificamente inculco" antes de 1995.

"Não há democracia sem cultura científica disse o governante, acrescentando que a "ciência é, mais do que um direito, um dever" e que só com o Executivo socialista Portugal conheceu uma política científica.

"Os nosso adversários não têm, nesta área, uma política definida e, se a tiverem, será de consequências nefastas". Por isso, Mariano Gago sentenciou: "Portugal não pode perder tempo com eles."

O perigo de uma travagem do trabalho dos socialistas no sector da ciência e da tecnologia foi uma preocupação patente na intervenção do titular da pasta, que falou da possibilidade de "atraíçoar e comprometer o desenvolvimento" nacional com Durão Barroso como primeiro-ministro.

Sobre a questão tributária, Gago objectou: "Não podemos aspirar à verdade científica e condescender à mentira fiscal".



# UMA INTENSA PRÉ-CAMPANHA

Foi uma semana em cheio, plena de actividade política que deu ânimo aos militantes e renovou a esperança de uma vitória socialista a 17 de Março. O secretário-geral do PS foi ver a obra feita, esteve em empresas e escolas de excelência, participou em reuniões com empresários onde defendeu a competitividade e os trabalhadores, e aos jovens deixou a mensagem de que Portugal vai estar entre os melhores da Europa. Foi a semana em que Ferro Rodrigues arrancou determinadamente rumo à vitória.



O Partido Socialista volta a colocar a educação como factor-chave para o desenvolvimento do País. Esta aposta tem sido sublinhada em diversos momentos pelos responsáveis socialistas. Desde logo pelo secretário-geral na apresentação do Programa de Governo, mas já o tinha feito antes, no dia dedicado a esta temática, em Setúbal e no Montijo, onde defendeu, para a próxima legislatura, uma particular atenção aos ensinos básico e secundário, elegendo as disciplinas de português, inglês e matemática como vitais para o sucesso escolar.

Um pacto de regime para a educação foi a proposta veiculada pelo porta-voz do PS que não mereceu, até ao momento, qualquer sinal das outras forças partidárias que disputam as eleições de 17 de Março. Segundo Paulo Pedroso, "vinte anos são o período ideal para os efeitos da estratégia se fazer sentir, resistindo à alternância política, ao libertar quem estiver no governo das políticas de curto prazo". Este pacto deverá, nos termos da sua formulação, envolver os partidos políticos e os parceiros sociais, tendo como horizonte temporal o período de cinco legislaturas.

Na deslocação que efectuou ao distrito de Setúbal no âmbito da temática da educação, Ferro Rodrigues lembrou a prioridades do PS em 1995, referindo que "primeiro houve uma aposta no pré-escolar e no ensino superior" com o efectivo aumento de um por cento do PIB para a educação, tal como prometido.

Na escola secundária do Bocage, o candidato socialista a primeiro-ministro elogiou o facto daquele estabelecimento de ensino apresentar bons resultados em termos de sucesso escolar. "Não é só por haver bons equipamentos e uma excelente articulação com as novas tecnologias

que explica os bons resultados da escola. Há também grande empenhamento dos professores e dos pais, motivando os alunos", afirmou Ferro Rodrigues.

## Competitividade sem despedimentos

No dia da pré-campanha dedicada à competitividade que decorreu em Guimarães na passada quarta-feira, Ferro Rodrigues condenou a "política de terra queimada" defendida por Durão Barroso.

Acompanhado pela cabeça-de-lista do PS em Braga, Elisa Ferreira, e por outros candidatos a deputados por este círculo eleitoral, o nosso secretário-geral visitou uma empresa de calçado e reuniu-se com empresários da região. "Há empresas muito fortes que querem manter contactos com o PS e com o seu candidato a primeiro-ministro", salientou Ferro Rodrigues que, em resposta a algumas preocupações colocadas pelos industriais, recordou que não defende os despedimentos individuais sem justa causa, não concordando também que "em nome dos direitos dos trabalhadores se possa dar lugar a abusos em nome da legislação". Para que as empresas ganhem mais competitividade, Ferro Rodrigues recordou que o PS irá "concentrar esforços para que haja défice zero em 2004". "Nada de correrias demagógicas com baixas de impostos ou choques fiscais", sublinhou o líder socialista que defendeu também a redução do IRC "só para as empresas que mereçam ser premiadas", quer pela sua actividade, quer pelo investimento realizado. O secretário-geral do PS usou a competitividade também para distinguir as suas propostas e as constantes do programa do PSD. "A

competitividade engloba um conjunto de necessidades, nomeadamente ao nível da qualificação de recursos humanos, da capacidade dos empresários e dos gestores, da organização e da gestão do trabalho e também das melhorias do sistema social e económico onde as empresas se incluem, por isso faz-me muita confusão quem defenda a competitividade pondo de parte, e tendo como programa básico, anular um conjunto de investimentos públicos que são essenciais" sublinhou Ferro Rodrigues.

## Lutar contra o absentismo

Responsabilidade e moderação nas exigências constituiu o essencial do apelo que Ferro Rodrigues dirigiu aos sindicatos durante o almoço de domingo passado que reuniu cerca de seiscentos sindicalistas da UGT e da CGTP-IN.

Segundo as palavras do secretário-geral do PS, os próximos anos "não serão fáceis para o País" e, provavelmente, um Governo socialista "terá de explicar" às centrais sindicais "por que razão não foi capaz de satisfazer todas as suas propostas". A problemática da competitividade não podia ficar de ficar deste discurso com o líder socialista a sublinhar que esta questão para além de ser empresarial "é também um problema dos sindicatos porque o fecho de uma empresa é o pior que pode acontecer ao movimento sindical". Perante os sindicalistas, Ferro Rodrigues usou a linguagem da verdade para se insurgir contra a as altas taxas de absentismo em algumas empresas, tendo sublinhado que "para os sindicatos terem autoridade têm também que exigir responsabilidade aos seus associados. São

inevitáveis os níveis de absentismo de algumas empresas".

Antes de Ferro Rodrigues usarem da palavra, neste almoço, quatro sindicalistas, dois da UGT e dois da CGTP-IN. Carlos Trindade, membro da Comissão Executiva da Intersindical, exigiu ao líder do PSDD que diga se vai despedir 150 mil funcionários públicos, enquanto Maria Emilia Rodrigues, dirigente da mesma central, pediu a Ferro Rodrigues "um aumento intercalar do salário mínimo", fazendo questão de dizer que irá votar no Partido Socialista pela primeira vez no próximo dia 17 de Março.

## O arranque para a vitória

Depois da apresentação do Programa de Governo e da Comissão de Honra, o secretário-geral do PS foi recebido em delírio pelos jovens de todo o País que o aguardavam nessa noite na discoteca ArtZ em Lisboa. Acompanhado pela esposa, Ferro Rodrigues entrou na sala bem disposto e descontraído. Depois de uma animada conversa saboreada de whisky com gelo, Ferro Rodrigues e Jamila Madeira falaram com os presentes. Num breve discurso, o secretário-geral do PS afirmou que "depois dos grandes sonhos de 74, vejo que há ainda um caminho a percorrer. Vocês quando chegarem à minha idade vão estar no pelotão da frente. É por isso que temos que ganhar as eleições". A secretária-geral da JS subscreveu naturalmente as palavras de Ferro Rodrigues, adiantando que daquela ficava o sentimento de que "somos todos fãs de Portugal que o PS construiu". Num ambiente grande entusiasmo, o líder socialista confessou que aquele tinha sido "um dia magnífico. O início do arranque para a vitória".



A principal inovação da campanha do PS é a introdução de linguagem gestual nos comícios, o que permitirá aos deficientes auditivos o acompanhamento dos discursos. Esta novidade foi adelantada por António José Seguro que, em encontro com os jornalistas, apresentou o modelo

da campanha do PS. “Esta será uma campanha digna em que não haverá fumos nem balões”, afirmou o director de campanha, adiantando que se privilegiará os contactos com as populações, os debates temáticos, os encontros, as visitas a instituições sociais e, naturalmente, a realização

## SEM FUMOS NEM BALÕES

de comícios. Outra novidade da campanha é a possibilidade do envio de mensagens escritas e de imagens para telemóveis por SMS, através do site do PS.

Todas as capitais de distrito serão palco para os nossos comícios que obedecem a um figurino. Além da intervenção do secretário-geral que encerra o comício, usarão também da palavra o cabeça-de-lista e um dirigente local que poderá ser o autarca da cidade, além de convidados surpresa que poderão ser antigos ou actuais ministros, personalidades independentes, existindo também a hipótese de discursarem personalidades estrangeiras.

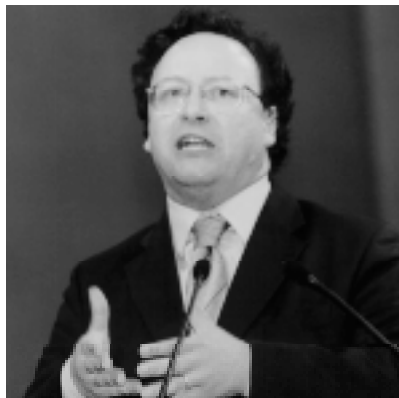
O primeiro comício de campanha terá lugar amanhã, sexta-feira, em Leiria, na antiga fábrica das Rações Morgado. Simbolicamente Ferro Rodrigues assina um contrato de legislatura com o distrito de Leiria em cujo círculo eleitoral foi cabeça-de-lista nas últimas legislativas. O secretário-geral do PS estará dia 2 de Março em Beja e em Évora, no dia 3 em Faro e Portalegre, no dia 4 em Santarém, no dia 5 em Coimbra, no dia 6 em Aveiro, no dia 7 em Viseu, no dia 8 em Vila Real, no dia 9 em Vila Real, no dia 9 em

Bragança e no Porto, no dia 10 na Guarda e Castelo Branco, no dia 11 em Setúbal, no dia 12 há uma paragem porque tem lugar o debate na RTP com os líderes dos partidos políticos com assento parlamentar, no dia 13 estará em Viana do Castelo, no dia 14 em Braga e no dia 15 estará em Lisboa onde fará o comício de encerramento. Hoje, 28 de Fevereiro, tem lugar a última acção de pré-campanha e simultaneamente o arranque da campanha, destinada aos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Trata-se de um megajantar a realizar no pavilhão Terlis (junto do restaurante Salsa Latina, na zona das docas) em que estarão presentes todos os candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Lisboa.

Todos os comícios irão decorrer em recintos fechados para prevenir eventuais contratemplos meteorológicos. O palco será sóbrio, em tons de verde, à semelhança do que aconteceu com a apresentação do Programa de Governo, no Centro de Congressos de Lisboa. Para reforçar o “efeito surpresa” os programas detalhados da campanha de Ferro Rodrigues serão anunciados com uma antecedência de 48 horas.

### FRANCISCO ASSIS AFIRMA

## É “PURO ILUSIONISMO POLÍTICO” O PROGRAMA DO PSD



O líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, classificou de “puro ilusionismo político” o programa eleitoral do PSD.

Numa intervenção na Comissão Permanente da Assembleia da República, Francisco Assis afirmou que o PSD apresentou um programa eleitoral “que é mais um contra-programa”, tendo em conta “as sucessivas alterações que sofreu” conforme “as reacções que ia recebendo”.

O programa eleitoral do PSD “nada mais é que o corolário da maledicência” que marcou, segundo Assis, as intervenções deste partido na oposição nos últimos seis anos.

### Documento de adiamentos

O documento, sublinhou, “mais parece um programa de adiamentos”.

“Há dois meses, diziam que iam privatizar a Caixa Geral de Depósitos, depois recuaram, fazendo crer ter havido erro de interpretação. Falaram num choque fiscal, que já sofreu alterações e, na Convenção, entraram na fase das suspensões e dos adiamentos”, criticou Assis, referindo-se à garantia de Durão Barroso, de que não avançaria com o aeroporto da Ota e a terceira ponte sobre o Tejo.

O líder da bancada socialista acusou o PSD de não ter “convicções sérias e um projecto articulado” e considerou que a “retórica política” usada por Durão Barroso na Convenção do partido não passou de “uma representação caricatural do que é a realidade do País”.

### JUSTIÇA

## PS ACUSA DURÃO DE IMITAR BERLUSCONI



O coordenador do programa de Governo do PS, António Costa, teceu duras e fundamentadas críticas às propostas do PSD para a área da justiça, acusando Durão Barroso, de imitar o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, ao pretender subordinar as magistraturas ao poder político.

António Costa acusou o PSD de ter como prioridade “a reabertura do conflito institucional” na justiça portuguesa. “Como se viu no passado, o conflito institucional só contribuiu para adiar as reformas necessárias”, frisou o actual ministro da Justiça, para quem

o Governo de Guterres “só conseguiu ter uma dinâmica reformista graças ao clima de confiança que foi possível restabelecer entre o poder político e a comunidade judiciária”.

“O PS é contra qualquer tentativa de alterar a composição do conselho superior de magistratura ou a autonomia do Ministério Público”, advertiu o dirigente nacional do PS.

Para António Costa, a independência do poder judicial e a autonomia do Ministério Público “são garantias fundamentais dos direitos dos cidadãos e da subordinação do poder político - e dos seus titulares - à lei”.

“Portugal iria no mau caminho se procurasse agora imitar o mau exemplo de um governo europeu amigo do PSD, que tem em curso uma operação de subordinação das magistraturas, num acerto de contas com a acção exemplar da justiça italiana no combate à corrupção”, concluiu o secretário nacional do PS.

**REFORMA DA PAC**

**CAPOULAS  
CRITICA  
SILÊNCIO  
DE DURÃO**



Capoulas Santos criticou o líder do PSD por ainda não ter apresentado uma única proposta de alteração à política agrícola comum (PAC), quando se opõe à política em vigor. Ou será que este silêncio ensurdecedor tem a ver com a estratégia do líder laranja de falar o menos possível, depois dos tiros no pé quando apresentou propostas como a da privatização da Caixa Geral de Depósitos, entre outras.

Capoulas Santos, que falava em S. Pedro de Rates, Póvoa de Varzim, sustentou que Durão Barroso devia apresentar antes das eleições de 17 de Março "aquilo que defende" para o sector agrícola. "Não compreendo como se diz que se considera má para Portugal a política vigente e não se propõe nenhuma alternativa", frisou.

Para o ministro da Agricultura, o silêncio de Durão Barroso corresponde à defesa do "status quo", que todos dizem ser, incluindo o PSD, uma situação má para Portugal.

Capoulas Santos lembrou ainda, aos mais distraídos, o facto de Durão Barroso ter sido "silenciosamente cúmplice com a reforma existente", enquanto foi membro do Governo PSD.

No âmbito da proposta de alargamento da União Europeia, Capoulas Santos salientou terem sido incluídas algumas ideias portuguesas.

Destacou o facto de, no caso da proposta da UE ser aprovada, todos os agricultores passarem a receber uma ajuda por hectare, independentemente do que produzem.

"Queremos que essa ajuda seja atribuída a todos, de acordo com determinados critérios: ajudar mais quem produzir com melhor qualidade, seja amigo do ambiente e garanta mais emprego", disse.

O governante considerou que, com estes critérios e mesmo com o alargamento da UE, os agricultores portugueses beneficiarão substancialmente.

"É curiosamente contra esta proposta que tenho ouvido Durão Barroso pronunciar-se, sendo que se trata da mesma pessoa que aprovou e apadrinhou a reforma que ditou as regras actuais que são profundamente negativas para Portugal", criticou.

Capoulas Santos afirmou que, pelo menos, o PS teve coragem para discordar da actual PAC e propor alterações, enquanto os restantes partidos políticos portugueses apenas dizem que "não concordam".

O titular da pasta da Agricultura considerou ainda que o sector está a dar o exemplo de como é possível, em muito pouco tempo, proceder a um grande esforço de modernização e competitividade.

**DIAS DA CUNHA ANUNCIA ADESÃO  
AO PARTIDO SOCIALISTA**

É mais um reforço de vulto para a família socialista. O presidente do Sporting Clube de Portugal anunciou a sua adesão ao Partido Socialista. É de leão. Dias da Cunha justificou o "sacrifício da independência" partidária que até agora manteve pela "hora muito difícil" que o país atravessa e que motiva o seu apoio a Ferro Rodrigues.

Numa declaração divulgada na apresentação do programa de Governo socialista, Dias da Cunha afirmou que as razões que o levam a apoiar o secretário-geral do PS são as mesmas que o aproximaram de Mário Soares nos anos 80.

"Para vencer o desafio, é preciso escolher bem", referiu o dirigente sportinguista na declaração, argumentando que "Portugal vive uma hora muito difícil por causas que são nossas e também são externas, da Europa e do mundo".

Como razões para apoiar o PS, Dias da Cunha salientou "o equilíbrio das contas públicas, que não é um fim em si mesmo e não se atinge através do desagravamento fiscal dos mais ricos".

**Não ao mercado sem regulação**

"Nesta hora decisiva do processo de construção da Europa é um erro gravíssimo entregar ao capital privado um instrumento decisivo de política financeira", acrescentou.

"Não quero liberdade sem peias e não quero assim mercado sem regulação", frisou Dias da Cunha, acrescentando que "uma sociedade só é justa se for solidária e sei também que para ser solidária terá que lutar em permanência contra todas as formas de exclusão".



**COMUNIDADES**

**CARLOS LUÍS REALÇA  
BENEFÍCIOS A EMIGRANTES  
EX-MILITARES**



É mais uma iniciativa de largo alcance social destinada às comunidades portuguesas. O tempo de serviço dos emigrantes que cumpriram serviço militar nas ex-colónias portuguesas passa a contar em dobro para efeitos de reforma, medida que vai beneficiar todos, tenham ou não descontado anteriormente para a segurança social.

O anúncio foi feito pelo cabeça de lista socialista pelo círculo da Europa às próximas eleições legislativas, Carlos Luís, que adiantou que a medida tomada ao abrigo da lei de programação militar envolve uma quantia de cerca de 420 milhões de contos.

Carlos Luís, que se deslocou a Clermont-Ferrand para contactos com associações de emigrantes, explicou que "se o emigrante já estiver reformado, o Governo português aumenta-lhe a reforma, suportando os custos dos descontos a efectuar para a segurança social, pagando o emigrante apenas uma pequena parte".

Durante a deslocação, Carlos Luís concedeu uma entrevista à Rádio Alitude, a mais antiga rádio portuguesa em França, que emite 24 horas por dias em português a partir de Clermont Ferrand, em que apelou aos emigrantes a que votem, afirmando que "quem não vota, não conta".

"Muitos portugueses já começaram a receber os boletins de voto e muitos nem sequer se dão ao trabalho de os ir levantar aos correios, por isso peço-vos que votem", afirmou.

Sobre a demissão do Governo socialista, Carlos Luís afirmou: "Fomos todos apanhados de surpresa. António Guterres fez uma leitura diferente da que os partidos faziam e pediu a sua demissão".

Em relação à violência que tem atingido a comunidade portuguesa residente na África do Sul, Carlos Luís afirmou que uma das medidas da sua proposta eleitoral é "terminar e ampliar o protocolo entre Portugal e a África do Sul para a cooperação entre as polícias dos dois países e destacar psicólogos para os consulados para apoio aos familiares das vítimas".

Durante a deslocação, Carlos Luís visitou várias associações de emigrantes portugueses em Clermont Ferrand, designadamente os Bem Unidos, a Associação dos Amigos Portugueses e a Associação de Camponeses minhotos.

**VILA REAL**

**CANDIDATOS PS  
ELOGIAM PROGRAMA POLIS**

Os candidatos a deputados do PS pelo círculo de Vila Real congratularam-se com o Programa Polis aprovado pelo Governo socialista para Vila Real e Chaves, que consideram um importante passo "na qualificação das cidades e dos espaços urbanos, melhorando ainda mais a qualidade de vida".

Numa conferência de Imprensa, os candidatos do PS alertaram, porém, que "os projectos já lançados estão dependentes do que possa vir a acontecer em 17 de Março e da solução governativa que sair das eleições legislativas", e lançam um repto aos candidatos laranja à Assembleia da República para que esclareçam se, também eles tal como o seu partido, são contra o Programa Polis que foi aprovado pelo para Vila Real e Chaves.

Os candidatos socialistas chamam ainda a atenção para o facto de que no programa de Governo do PSD não aparecer qualquer referência a este grande projecto de requalificação e melhoria do ambiente urbano e de revitalização das cidades.

**Durão fala do que não sabe**

O PS/Vila Real, numa nota, acusou Durão Barroso de "falar do que não sabe" ao referir-se num comício em Valpaços à falta de atenção que o Governo do PSD deu às vias de comunicação, em especial ao "IP3, IP4 e IP6".

Depois de referir as principais vias de comunicação que atravessam a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, para que o líder do PSD possa ser informado correctamente, o PS/Vila Real sublinha que não existe nesta região qualquer estrada ou via com a denominação de IP6 – esta liga Peniche a Óbidos e Alcanena ao IP2 em Gardete.

A conclusão, para os socialistas vilarealenses, é só uma "Durão Barroso não conhece o País".

SANTARÉM

# SOARES APELA À REFORMA DOS PARTIDOS

O eurodeputado socialista Mário Soares apelou na semana passada à reforma dos partidos políticos tradicionais, que estão a ser ameaçados pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) de luta contra a globalização.

Soares alerta que, caso as estruturas partidárias não se reformem, abrindo-se mais "às iniciativas de cidadania", as ONG's "vão ultrapassar os partidos e os sindicatos" como forma de representação dos direitos dos povos. Numa conferência em Abrantes sobre a "Paz, a Guerra e os Direitos do Homem", organizada pela lista do PS por Santarém às próximas eleições legislativas, Mário Soares afirmou que as mudanças no mundo exigem uma intervenção mais eficaz das estruturas representativas tradicionais, como são o caso dos partidos políticos.

Segundo o fundador do PS, as "regras tradicionais" de luta política estão ultrapassadas e os novos actores devem adequar-se aos novos tempos numa "lógica transnacional" para combater o "imperialismo do dinheiro" dos grandes grupos económicos e da especulação nos mercados de capitais.

Recordando a sua passagem pela cidade brasileira de Porto Alegre, durante o recente



Fórum Mundial, Mário Soares lamentou que a maioria dos grupos antiglobalização ainda não estejam organizados numa estrutura mais

coordenada e alertou os presentes, a maioria militantes do PS, para os perigos que esta nova visão política da sociedade pode trazer aos

partidos tradicionais.

Para Mário Soares, a Internacional Socialista deveria tentar acompanhar as conclusões do Fórum e forçar os Estados Unidos a optar por medidas mais universais de combate à pobreza e às diferenças sociais entre pobres e ricos.

"Já não existe o imperialismo americano ou japonês mas um império como estrutura de capital accionado por pessoas anónimas", disse Mário Soares, considerando ainda essencial que os Estados disponham de mecanismos legais para vigiar os fluxos de capitais.

"A União Europeia é a única organização que, se for pensada como potência mundial, pode fazer o contraponto aos Estados Unidos", afirmou o eurodeputado socialista, que defendeu ainda uma reforma profunda na ONU. Para Mário Soares, grandes países como são o caso do Brasil, Indonésia, Itália, Alemanha, Índia, Japão ou África do Sul devem ter assento no Conselho Permanente da ONU de modo a equilibrar a relação de forças existente, que actualmente penaliza os países mais pobres. Segundo o antigo Presidente da República, o mundo está a assistir ao "nascimento de uma cidadania global" e a união das "pessoas de boa vontade" deve obrigar os dirigentes de cada país a repensar as suas políticas.

PS/AÇORES ACUSA

## CAVACO E DURÃO NOS PIORES GOVERNOS PARA A REGIÃO

Os governos do PSD ao longo de dez anos votaram ao ostracismo a região dos Açores. Eram outras as prioridades do poder laranja. Esta realidade incontornável foi lembrada pelo PS/Açores que acusou o PSD das ilhas de "cumplicidade" com os antigos governos da Cavaco Silva e Durão Barroso, classificados como os "piores de sempre" para a região.

Em conferência de Imprensa, o dirigente socialista João Ponte frisou que no "passado" de Durão Barroso, enquanto ministro, "não há nada de bom" para os Açores, ao contrário das "provas dadas" pelos governos do PS. Foi o actual líder nacional do PSD que negociou o acordo da Base das Lajes sem consultar o Governo Regional e criticou a SATA dizendo

que prejudicava a TAP, alegou. Além de acusar o líder regional do PSD de tentar "branquear dez anos de más políticas" dos governos da República do seu partido, João Ponte considerou "notória a falta de à-vontade e nervosismo (de Victor Cruz) para defender alguns dos seus piores inimigos do passado".

ANGOLA

## PS APELA À PAZ E RECONCILIAÇÃO

O PS considerou que com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, se abriram novas possibilidades para a paz e o desenvolvimento político plural do país, num quadro de reconciliação nacional.

"A lógica de confrontação militar conduziu a que a UNITA militar fosse progressivamente reduzindo a sua capacidade a acções de desesta-bilização, colocando-se a si própria num beco sem saída", sustenta o comunicado do Departamento Internacional do PS.

Para o PS, é agora "o momento de apelar a todos os angolanos a uma renúncia definitiva à confrontação militar, à reconciliação nacional, ao desenvolvimento político plural do país e à reintegração de todos nas instituições".



TORONTO

## PS REAGE A NOTA "INQUALIFICADA" DO PSD

O PS/Toronto considerou "absurda e inqualificada" a forma como o PSD local analisou a acção do Governo do PS na área das comunidades, afirmando que "falar é fácil...fazer é connosco".

Em resposta a uma nota do PSD, os socialistas de Toronto repudiam "a linguagem do comunicado do PSD", em que se faz uma análise "inqualificada" ao trabalho desenvolvido pelo PS nas comunidades, esquecendo-se que nos governos laranja, até os portugueses expulsos do Zaire e de outros países, "nunca tiveram uma palavra sequer

de acompanhamento".

"É lamentável - refere o comunicado - que o PSD diga o que diz, tentando escamotear a triste realidade dos desígnios das comunidades, provando-se assim que a falta de respeito continua e que não merece da nossa parte mais qualquer tipo de contentário."

Na nota à Imprensa, assinada pelo camarada João Dias, o PS/Toronto diz estar confiante "de que os portugueses e as portuguesas continuarão a preferir quem através dos actos tem sido positivo e não deixarão de

reconhecer que a campanha do PSD é exclusivamente baseada na negativa".

"O PSD ainda nem sequer reconheceu, no caso concreto do Canadá, que foi o PS que aboliu os vistos para o Norte da América e que no seu tempo de má memória até um bilhete de identidade demorava quatro anos para ser conseguido", referem os socialistas de Toronto. Para o PS, "o PSD parece o partido do anti. Anti tudo menos o anti mais ajustado que seria o anti-PSD com 18 anos de governo à frente da Secretaria de Estado das Comunidades sem nada fazer que nos lembremos".

**BALANÇO**

# PORTUGAL MELHORA SAÚDE

Pela primeira vez, o sector da Saúde conseguiu diminuir o ritmo de crescimento da despesa de 0,2 por cento.

Trata-se, segundo o ministro da tutela, não de um milagre, mas de "um momento de glória", pelo que é legítimo "gozá-lo como tal".

Correia de Campos falava na apresentação do balanço de execução financeira do sector da Saúde, que decorreu, no passado dia 21, no auditório do Infarmed, num encontro onde se reuniram deputados, directores-gerais e regionais, técnicos de saúde, entre outros convidados, quando apresentou.

O Ministério da Saúde "consolidou as despesas em todos os serviços de saúde" e o resultado traduziu-se na obtenção de um défice de exercício de 214,010 milhões de contos em 2001, contra um de 214,360 milhões de contos em 2000.

O ano passado, o défice acumulado foi de 266,337 milhões de contos, enquanto o de 2000 rondou os 400 milhões.

De acordo com o secretário de Estado, Francisco Ramos, as despesas com o pessoal desceram, "o que significa ter havido maior controlo nesta área".

O indicador dos consumos hospitalares foi o único

a registar um aumento de 0,4 por cento, o que é, segundo explicou o governante, "perceptível devido à inovação terapêutica, tecnológica".

Nas convenções também se alcançou uma diminuição de 16 milhões de contos, tal como na cobrança de serviços, onde "o ministério sentiu algumas dificuldades" e, mesmo assim, a reduziu em 14 milhões.

O protocolo assinado com a indústria farmacêutica também "não está a resultar por inteiro", reconheceu Francisco Ramos.

O tecto máximo de crescimento estabelecido era de 10,5 por cento para 2001 e atingiu-se 10,6 por cento, uma percentagem pequena que fez o governante admitir não "haver motivos para se denunciar o protocolo em vigor até Março".

Correia de Campos ressaltou, porém, que "qualquer decisão, revogação, prorrogação ou denúncia total do protocolo terá de ser tomada pelo próximo ministro da Saúde".

Em 2001 o Programa de Promoção de Acesso (PPA) - destinado a diminuir as listas de espera - foi um sucesso. Realizaram-se quase 24 mil cirurgias e continuam em listas de espera 90 mil doentes.

Entretanto, foi divulgado que a venda de medicamentos genéricos dos armazenistas às farmácias



subiu de 117 583 embalagens em Outubro de 2001 para 389 702 em Janeiro deste ano.

**Venda de genéricos sobe**

Segundo o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, a comercialização destes remédios aumentou 46 por cento, ao passo que a venda dos restantes fármacos apenas subiu

nove por cento.

Relativamente ao fornecimento das farmácias para o Sistema Nacional de Saúde, foram vendidas, entre Janeiro e Novembro de 2001, 275.840 embalagens de genéricos, contra 105.563 caixas em igual período de 2000. Os genéricos ocupam presentemente uma quota de mercado na ordem dos 4,3 por cento.

M.R.



A Segurança Social está bem e recomenda-se. No ano passado, uma boa gestão do sector gerou um saldo de 119,4 milhões de contos (597 milhões de euros), superando em 50 por cento o orçamentado para esse ano.

Por outro lado, as despesas correntes baixaram 0,1 por cento, as de capital desceram 134 por cento e as contribuições cresceram 1 por cento acima do orçamentado e 9,6 por cento em relação ao ano anterior. Trata-se de resultado "confortável", que

permitirá transferir para o fundo de estabilização financeira nos próximos meses 600 milhões de euros a título de capitalização.

Nos últimos anos, o Governo socialista tomou medidas que devolveram a boa saúde na área da Segurança Social. A mais importante de todas foi o facto de ter começado a cumprir a Lei de Bases de 1984, passando a financiar através do Orçamento do Estado as despesas relativas à acção social e aos regimes não

**SEGURANÇA SOCIAL**

# CONTAS CERTAS E CLARAS

contributivos, das pessoas que nunca descontaram.

Esta medida permitiu que nos últimos anos o sistema acumulasse saldos significativos que reverteram para o fundo de capitalização, que já soma 3500 milhões de euros.

Igualmente fundamental, foi a alteração da fórmula de cálculo de formação das pensões, passando a contar toda a carreira contributiva, em vez da fórmula anterior que só contabilizava os melhores dez anos dos últimos quinze anos de carreira.

Com este modelo prevê-se uma redução proporcional das despesa geral com pensões. Outra medida em que o Executivo de António Guterres se baseia para assegurar tranquilidade até ao ano 2040 entrou este ano em vigor e refere-se ao chamado "princípio de adequação selectiva das fontes e financiamento à natureza das despesas". O princípio consiste em consignar receitas fiscais, nomeadamente do IVA, de modo a que progressivamente a componente fiscal

corresponda a 50 por cento do financiamento global da protecção garantida no âmbito do subsistema Protecção à Família e medidas especiais, como as políticas activas de emprego e as referentes à diferenciação positiva das prestações.

Este ano, o financiamento por via fiscal representará 20 por cento das despesas daqueles subsistemas.

Esta revolução tranquila que deriva da nova Lei de Bases da Segurança Social implementada pelo PS, constitui, na prática, um reforço significativo das responsabilidades do Orçamento do Estado com o sector.

Num momento em que na Europa proliferam políticas de contenção de gastos públicos em despesas sociais, Portugal prossegue uma estratégia assumidamente de esquerda, zelando pelas pessoas em primeiro lugar, controlando os custos sem prejudicar qualidade dos cuidados que se praticam nos serviços públicos de saúde.

M.R.





CULTURA

## REGIÕES AUTÓNOMAS INTEGRADAS NA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS

**A promoção de uma cultura de leitura estende-se até às autonomias. Os Açores e a Madeira passaram a dispor de apoios financeiros para instalação de bibliotecas nos municípios, integrando as regiões autónomas na respectiva rede nacional de espaços de leitura e documentação.**

A possibilidade foi formalizada, em Ponta Delgada, através de um protocolo assinado entre o Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB) e as direcções regionais da Cultura açoriana e madeirense.

Segundo o acordo, os municípios interessados devem apresentar candidaturas à criação de infra-estruturas do género que, depois de aprovadas, terão uma comparticipação do IPLB até 30 por cento dos custos elegíveis.

A componente financeira regional, a assegurar pelos respectivos governos e ou municípios, não poderá ser inferior a 10 por cento, enquanto que o resto do investimento será enquadrado no terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

Além disso, os municípios que se candidataram



ficarão proprietários da biblioteca a instalar, sem prejuízo do direito de acompanhamento e fiscalização por parte das outras entidades financiadoras.

Para o secretário de Estado da Cultura, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), que pretende dotar os municípios portugueses de equipamentos de leitura, já permitiu inaugurar 106 equipamentos do género em Portugal, 18 dos quais no último ano.

José Conde Rodrigues disse ainda que “cabe às duas regiões autónomas definir as regras como cada concelho pode fazer a sua candidatura ao programa”, ao garantir que o Ministério da Cultura apoiará técnica e financeiramente a execução.

Ao todo são 278 as bibliotecas concelhias existentes no País. Às 209 que integram a RNBP juntaram-se os projectos de mais 18.

A apresentação das candidaturas aprovadas foi feita ontem por Conde Rodrigues.

### Animar espaços para livros

Entretanto, no Centro Cultural de Belém, foi lançado um livro de fotografias sobre a rede, da autoria de João Francisco Vilhena. Com o trabalho *A Casa dos Livros* pretendeu-se, segundo o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), chamar a atenção para a obra feita.

Com efeito, muito mudou desde o século XIX, quando os centros de saber residiam nos conventos. Com o advento da República, a cultura desceu à rua e os municípios tiveram a possibilidade de formar as suas próprias bibliotecas.

Porém, só em 1986 se iniciou, em Portugal, o projecto da RNBP, destinado a definir as bases

de uma política nacional de leitura pública, à semelhança do que se passa noutros países da Europa.

Ao longo dos últimos 15 anos, o projecto foi sendo sucessivamente implementado.

Quando se pensa em bibliotecas, a imagem dos livros evidencia-se. Mas nestes centros de informação virados para a comunidade, as múltiplas potencialidades da Internet são, hoje, uma realidade muito útil.

O projecto da RNBP não as descarta. Não estando ligados entre si, os projectos informáticos das várias bibliotecas não são facilmente concretizáveis, dadas as disparidades orçamentais, apesar dos apoios financeiros públicos.

Também o “BiblioPolis” é merecedor de especial atenção nas prioridades da RNBP. O projecto, previsto para os concelhos de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto, destina-se a apoiar as bibliotecas dos grandes centros urbanos na sua relação com as universidades. O de Braga só espera a inauguração.

Em tempos de abertura e interdisciplinaridade, os livros e seus espaços têm valor acrescentado quando harmonizados com concertos, exposições, espectáculos, e *ateliers* dos mais variados temas.

MARY RODRIGUES

### MODERNIZAÇÃO

## ESTADO VAI ÀS E-COMPRAS

A aquisição de bens por via electrónica pelos organismos públicos é já uma realidade. O Governo aprovou, quinta-feira, um decreto-lei que remove os obstáculos formais às compras do Estado via Internet.

Assim, foi dado mais um importante passo para a racionalização económica, modernização e redução da burocracia na Administração Pública.

A redução de custos para a Administração é outro importante factor para a promoção das práticas aquisitivas por via electrónica.

Às aquisições efectuadas na Net aplica-se o regime vigente para as aquisições feitas em ambiente não electrónico, designadamente em matéria de atribuição de competências, procedimentos e regras que presidem à sua escolha e recursos.

Seguindo o exemplo da generalidade dos países com experiência na matéria, optou-se por limitar, nesta fase, as possibilidades de aprovisionamento público por via electrónica aos bens, deixando-se de fora as aquisições de serviços.

Esta fase inicial de implementação das compras públicas por via electrónica, durante a qual se pretende que os organismos públicos se familiarizem com uma nova forma de proceder à aquisição de bens e tomem consciência das vantagens que lhe estão associadas, deverá evoluir para formas mais aprofundadas e exigentes de contratação pública electrónica.

O decreto-lei estipula ainda que as aquisições de bens efectuadas por via electrónica possam ser pagas por transferência electrónica de fundos. Para além disso, os programas de concurso ou procedimento, os cadernos de encargos e todos os anúncios que devam ser publicitados no “Diário da República” devem-no igualmente ser no *sítio* da entidade adjudicante e, opcionalmente, noutros sites considerados relevantes para a sua divulgação.

O acompanhamento da execução do diploma caberá ao Ministério das Finanças, designadamente através da Direcção-Geral do Património, devendo esta avaliar e propor as medidas que considere necessárias ao aperfeiçoamento e aprofundamento do sistema de aprovisionamento público por via electrónica. Por isso, os organismos públicos que procedam a compras na Internet estão obrigados a comunicar a esta entidade, no prazo de um mês, o tipo de bens adquiridos e o valor da respectiva aquisição.

M.R.

### ENSINO SUPERIOR

## UISEU TERÁ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO

O Conselho de Ministros deu o aval para a criação, em Viseu, de um Instituto Universitário. Este estabelecimento educativo ficará integrado na Universidade de Aveiro.

Assim, a democratização do ensino superior público, por via da expansão da formação académica ao interior do País, avançou para mais uma região. O Instituto Universitário de Viseu (IUV) é o novo trunfo da gestão socialista da Educação.

A integração do IUV na universidade aveirense durará enquanto estiver em período de instalação, que se deverá prolongar por seis anos (dois anos após o final da primeira vaga de licenciados). Contudo, o Instituto gozará de autonomia científica, pedagógica, de gestão e ao nível financeiro. Viseu dispõe, no presente ano lectivo, de cerca de dez mil alunos no Ensino Superior, tendo um pólo da Universidade Católica e um instituto politécnico.

Com a criação do IUV torna-se realidade uma velha aspiração das principais forças políticas da cidade viseuense e da comunidade científica local.

M.R.

### SÁUDE

## PRIMEIRO HOSPITAL-EMPRESA PORTUGUÊS

O Governo socialista deu luz verde ao estatuto jurídico que transforma o Hospital do Padre Américo-Vale do Sousa na primeira entidade pública empresarial, com um capital próprio de 2,5 milhões de euros (500 mil contos).

Com a aprovação do diploma, que aconteceu durante a reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, estão criadas as condições para que um hospital público possa “recorrer à utilização de meios de gestão flexíveis, correctos e expeditos”.

Por outras palavras, a empresarialização das unidades hospitalares do País permite flexibilizar a contratação de bens, serviços e pessoal, por exemplo através de contratos individuais de trabalho.

M.R.



AGRICULTURA

# MINUTOS DE GLÓRIA

Após Alqueva, a irrigação dos campos alentejanos expandiu-se. Com a Barragem dos Minutos, mais 1500 hectares de regadio podem florescer e dar acrescidas possibilidade de desenvolvimento ao Alentejo.

A lápide comemorativa da cerimónia inaugural foi descerrada, no passado dia 24, em Montemor-o-Novo, Évora, pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, que se congratulou pela "concretização de um sonho" da população local, que há cerca de 45 anos reclama a construção do empreendimento.

Velha aspiração dos montemorenses, em particular dos agricultores, a Barragem dos Minutos "é agora uma realidade, depois de prometida e anunciada por sucessivos governos", declarou o ministro, natural de Montemor-o-Novo.

Na breve intervenção que proferiu, Capoulas Santos evocou a herança do Governo socialista, nos últimos seis anos e meio, sem deixar de fazer as comparações com a anterior administração do PSD.

O ministro recordou que o PS avançou com 30 barragens para fins agrícolas em todo Portugal, incluindo a de Alqueva, enquanto na década cavaquista foram construídas apenas "nove barragens".

Segundo Capoulas Santos, a governação socialista deixa todos os perímetros de rega reabilitados e cerca de "quatro vezes mais do que fez o último Executivo do PSD", em termos de área irrigada. "Temos previsto e com financiamento garantido, até 2006, mais 72.500 hectares de regadio, 26.200 dos quais na área do Alqueva, o que significa que será o maior investimento que alguma vez foi feito em Portugal em tão pouco tempo", disse.

O ministro aproveitou também para homenagear Faria Ferreira, presente na cerimónia, considerado



o "pai do Alqueva" e que foi um dos obreiros do Plano de Rega do Alentejo, datado de 1957.

Quanto à Barragem dos Minutos, o governante destacou a irrigação de 1500 hectares de "bons solos", salientando que o sistema de rega vai permitir que os agricultores tenham água sob pressão 24 horas por dia.

Quanto ao preço da água a pagar pelos agricultores, o ministro garantiu que "não ultrapassará os 11 escudos por metro cúbico", incluindo todas as taxas, valor já fixado pelo Governo para o perímetro de rega do Alqueva. Capoulas Santos assegurou ainda que a Barragem dos Minutos pode servir também para o abastecimento de água às populações de Montemor-o-Novo, Arraiolos e Évora, apesar de ser um projecto essencialmente agrícola.

Construída nas margens do Rio Almansor, na bacia hidrográfica do Rio Tejo, o empreendimento

tem uma altura máxima acima das fundações de 36 metros, coroamento de 1293 metros de comprimento e oito metros de largura.

Com uma capacidade útil de armazenamento de 50 milhões de metros cúbicos de água, a barragem vai proporcionar um perímetro de rega de 1532 hectares, distribuídos por dois blocos distintos.

O bloco das Amoreiras ocupa uma área de 1430 hectares e o bloco de Foros de Cortiço 102 hectares. Como infra-estruturas complementares, fazem também parte da obra a construção de uma rede viária com 22 quilómetros e uma rede de drenagem com 15 quilómetros.

## Históricos Minutos

A construção da barragem, prevista desde 1957 no plano de rega do Alentejo, tal como o

projecto de Alqueva, foi iniciada há cerca de dois anos e implicou um investimento de 34 milhões de euros (6,8 milhões de contos), incluindo a rede de rega.

A consiguação da obra ocorreu em 24 de Janeiro de 2000 e dois meses depois começaram os trabalhos no terreno, tendo o prazo previsto sido cumprido pelo consórcio construtor.

A primeira referência à barragem data de 1957, no âmbito do plano de rega do Alentejo, mas teve de esperar 12 anos para ser elaborado o primeiro estudo prévio de viabilidade.

Em Junho de 1987, a administração cavaquista anunciou a intenção de avançar com a adjudicação do projecto em Agosto seguinte para concluir em finais de 1990, mas a barragem não conheceu, no entanto, qualquer avanço nesse período.

Em 1996, já com António Guterres na chefia do Executivo, Capoulas Santos assume a secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e determina a actualização do estudo de viabilidade.

Dois anos depois, concluídos os estudos prévios e definitivos de viabilidade e avaliados os custos, Capoulas Santos anuncia o avanço do projecto e em 1999 é aberto o concurso público internacional para a execução da obra.

Em Janeiro de 2000, foi adjudicada a empreitada de construção da barragem ao consórcio Engil/Adriano, por 3,2 milhões de contos.

No ano seguinte, já Capoulas Santos tutelava o Ministério da Agricultura, foi lançado o concurso para a execução das redes de rega, viárias e de drenagem do empreendimento e adjudicada a empreitada ao consórcio Soares da Costa/Hidrocontrato, por 3,6 milhões de contos.

MARY RODRIGUES

AMBIENTE

# TORRES DE OFIR CAEM PELO BEM COMUM

As torres de Ofir, erigidas na área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APPLA), vão abaixo. A decisão tomada pelo Governo visa, fundamentalmente, salvaguardar a segurança de pessoas e bens.

O anúncio foi feito quinta-feira pelo ministro do Ambiente, que considerou ser esta a melhor medida em termos de custo/benefício. "Aceitar demolir a esta escala" é, segundo José Sócrates, uma decisão que implica "uma nova página nas políticas de ordenamento e gestão do litoral".

"Damos aqui um sinal claro a todos os portugueses de que o litoral tem uma enorme importância para sua qualidade de vida", acentuou o governante, acrescentando que a preservação e a gestão do litoral têm de continuar a ser uma prioridade.

A demolição das torres de Ofir é apenas um dos pontos do Plano Estratégico do Litoral de



Esposende, que vai contemplar acções em toda a costa do concelho, entre S. Bartolomeu do Mar e Apúlia.

O titular da pasta do Ambiente lembrou que toda a zona, nomeadamente aquela em que estão implantados os edifícios, se encontra em situação de risco.

Recorde-se que a decisão do ministério baseou-se no facto de as três torres de 11 andares se encontrarem ameaçadas pelo mar, devido à forte erosão costeira.

Para as proteger, foram construídos dois esporões que agravaram a erosão nas praias a sul, o que, segundo Sócrates, foi um erro. O ministro salientou que "a construção dos esporões, não é por si só suficiente para garantir no futuro a retenção do mar", pelo que "seria ousadia excessiva garantir num futuro próximo a estabilidade da arriba a que encostam aquelas construções".

Assim sendo, o governante entendeu que a "solução mais racional, mais amiga do ambiente, é resolver esse erro de uma vez".

Além dos três prédios, esta primeira acção prevê a destruição parcial de um hotel erigido na duna primária, intervenção orçada em 31 milhões de euros.

José Sócrates quis deixar "uma palavra de tranquilidade" à população local, garantindo que "os direitos das pessoas serão observados" e os proprietários "compensados".

A demolição das torres ainda não têm data prevista, mas, para já, é certo que o Plano Estratégico do Litoral de Esposende estará concluído no final de Fevereiro, devendo toda a intervenção, superior aos 31 milhões de euros previstos para as torres, ser financiada pelo III QCA.

M.R.

ANDRÉ FIGUEIREDO

# PARTICIPAÇÃO RENOVADA

**Militante de Seia, André Figueiredo reivindica a integração efectiva dos camaradas jovens na orgânica do Partido de modo a garantir uma dinâmica de renovação. Urge, pois, melhorar a adaptação do PS à presente situação da sociedade e prepará-lo para os desafios que se perfilam fora e dentro das fronteiras do País.**

Tinha apenas 15 anos quando, olhando para a realidade e os problemas da sua terra, André Figueiredo percebeu que não bastava debater questões políticas sentado confortavelmente à mesa dos cafés. Era necessário participar activamente na coisa pública e no seio partidário para poder criticar a actuação dos outros com legitimidade. Assim fez. Em 1993, este jovem decidiu inscrever-se na JS, movido por um programa e um conjunto de iniciativas e valores partidários que se lhe apresentavam como mais adequados para resolver os problemas que existiam no concelho de Seia.

Estes factores e, essencialmente, a convicção da necessidade de uma viragem na sua região, fizeram-no querer apoiar, já na altura, a candidatura do socialista à autarquia local, encabeçada pelo ainda presidente Eduardo Brito, que saiu derrotado da contenda, resultado que se inverteu quatro anos depois. Já em época de governação da Nova Maioria, o André empenhou-se ainda mais nas actividades partidárias. Aderiu ao PS e continuou a sua dinâmica militância nas diversas frentes eleitorais, acabando por tornar-se mandatário distrital, em 1996.

Hoje, com 24 anos e no começo de uma promissora carreira académica na área jurídica, o militante reafirma que a escassa idade, aquando da sua entrada na Juventude Socialista, não o impediu de ter uma consciência política formada, com uma ideia clara dos valores que defendia e dos partidos existentes.

Ser militante, para este jovem, é "estar ao serviço do Partido para os combates fáceis", mas, "sobretudo, para os difíceis", trabalhando "para que o PS saia sempre com dignidade das batalhas eleitorais".

Na opinião de André Figueiredo, é muito importante dar uma imagem transparente das apreciações que se fazem no universo partidário, das opiniões que se defendem e das execuções que se praticam para encarar as dificuldades quotidianas dos cidadãos, também a nível concelhio.



## PERFIL

Nome  
**André Figueiredo**

Idade  
**24 anos**

Ocupação  
**Estudante de Direito na Universidade Internacional**

Militância  
**Inscree-se na JS em 1993 e adere ao PS em 1996**

"Os militantes devem participar activamente nas assembleias gerais, nas comissões políticas, por forma poderem exprimir o que pensam e não deixarem apenas para cavaqueiras casuais a discussão em torno de decisões tomadas sem a participação deles. Se, de facto, não têm vontade de dar o seu contributo, então devem abster-se de criticar quem faz", afirma, categórico.

### Socialista hiperactivo

Coerente com as suas declarações, André regista uma curta mas recheada trajectória de militância. Desde que entrou para a Juventude Socialista, já foi dirigente nacional e membro da Comissão do PS durante alguns anos.

No tempo de Sérgio Sousa Pinto, este jovem integrou algumas comissões vocacionadas para diversos temas da sociedade civil, como a Interrupção Voluntária da Gravidez, a despenalização das drogas leves, entre outros. Entretanto, foi também o mandatário jovem de Jorge Sampaio para o distrito da Guarda, membro das comitativas nacionais de António Guterres sobre a regionalização e das europeias, com António José Seguro. Voltou a acompanhar Sampaio nas últimas campanhas para as presidenciais; foi candidato a vereador em Seia, nas eleições autárquicas de 1997; e assumiu a responsabilidade de ser o mandatário para a Juventude do presidente da Câmara de Seia.

André Figueiredo é um socialista hiperactivo. É membro da Assembleia Municipal desde os 18 anos, desempenhando actualmente as funções de coordenador de bancada; foi vários anos dirigente associativo da Federação Académica da Figueira da Foz, onde não fugiu à contenda política num contexto difícil, em que o poder local era laranja.

O também coordenador da Secção de Seia da JS e membro da Comissão Política Distrital do PS e da JS fala das figuras de referência do PS de hoje para a Juventude actual.

Neste contexto, André Figueiredo não tem dúvidas em referir o camarada Jorge Coelho, a quem reconhece "um estímulo e um pragmatismo muito fortes".

António Costa e António José Seguro são, segundo o estudante de Direito, dois nomes notáveis na coordenação do Partido. Mas, na área da governação, o André não esconde a

satisfação que lhe geraram os desempenhos de Guilherme d'Oliveira Martins, José Lello, Marçal Grilo, frisando, com especial orgulho, a coragem e a firmeza com que José Sócrates tem zelado pelo Ambiente nacional.

Com os olhos postos no futuro, este militante socialista manifesta a convicção de que a Juventude portuguesa saberá avaliar a obra deixada pelo actual secretário-geral do PS nas pastas da Solidariedade Social e do Equipamento, revendo-se numa estratégia de governo socialista que não os esquece e, por isso, apoiando e contribuindo para a eleição de Ferro Rodrigues para primeiro-ministro de Portugal.

Manifestamente preocupado com o afastamento dos jovens da política, André Figueiredo aconselha o PS a ter alguns cuidados com "a renovação que muitos apregoam e poucos praticam".

"O PS tem que perceber que, para se adaptar às políticas actuais, tem que contar com gerações actuais, e não serem sempre os mesmos a resolverem os problemas, mas sim quem os sente na altura certa e correcta da sua idade", explica.

Assim, partidos e "jotas" devem fazer um esforço acrescido para cativar os jovens para ideário que defendem, criando condições de integração dos mesmos nas suas estruturas. Mas, André Figueiredo também acha que a Juventude tem que empenhar-se na participação efectiva na vida do País, com especial atenção para os problemas específicos das suas terras.

MARY RODRIGUES

**GAMA GARANTE**

**JAIME GAMA AFIRMA**

## LUANDA VAI DAR PASSOS PARA O CESSAR-FOGO



**O Presidente angolano está empenhado em “dar passos decisivos e muito rápidos no sentido do cessar-fogo e de encontrar plataformas para recuperar o processo político e completar o Protocolo de Lusaca”, garantiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, no final de um encontro com José Eduardo dos Santos.**

Durante a reunião, que durou cerca de uma hora, o chefe da diplomacia portuguesa defendeu a necessidade de um cessar-fogo e também de “uma acção humanitária imediata com o apoio da comunidade internacional para fazer face à fragilidade de quatro milhões de angolanos que se encontram deslocados ou refugiados”, assim como do “retomar do processo de Lusaca para o completar”.

Quanto à UNITA, Jaime Gama disse que “há uma situação muito plurifacetada e diversa, com várias componentes políticas e militares” e chamou a atenção para as vantagens de “emergir rapidamente uma direcção da UNITA representativa e susceptível de reintegrar o processo político”.

Eduardo dos Santos, que efectuou uma escala de dois dias em Lisboa, na sua viagem para Washington, foi recebido em Belém pelo Presidente Jorge Sampaio, a quem também reiterou a vontade

de dar “passos rápidos”, com vista, primeiro, a um cessar-fogo e, depois, a uma “normalização da situação política angolana”.

No final do encontro, o Chefe de Estado fez uma declaração sobre a morte de Savimbi, referindo que o líder da UNIA terá feito nos últimos tempos “avaliações erradas da situação e das suas capacidades e por essa razão aconteceu o desfecho que todos conhecem”.

Eduardo dos Santos referiu que há que “olhar para o futuro”, salientando que “os angolanos de todos os quadrantes têm de ser capazes de perdoar e criar condições para que se faça rapidamente a reconciliação nacional”.

O objectivo, referiu ainda, será “criar condições que permitam realizar eleições gerais livres e justas”, que poderão ter lugar “dentro de uma ano e meio ou dois anos”.

### CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PSF

## JOSPIN INVESTIDO COMO CANDIDATO AO ELISEU

Um congresso extraordinário do Partido Socialista Francês (PSF), realizado em Paris, investiu no domingo oficialmente o primeiro-ministro, Lionel Jospin, como candidato às eleições presidenciais. Durante o conclave, os militantes avalizaram a candidatura do primeiro-ministro socialista com 99,7 por cento dos votos.

O lema “Presidir de outra forma”, retirado da carta de candidatura apresentada aos franceses, alude implicitamente aos sete anos do mandato presidencial do principal concorrente de Jospin a este escrutínio, que se realizará a 21 de Abril e 5 de Maio, o actual Presidente e candidato da direita, Jacques Chirac.

Ao intervir no congresso, o primeiro-secretário do PSF, François Hollande, salientou que “Jospin é socialista e sempre foi socialista”, mas que nas presidenciais “responderá às aspirações de grande parte do país”.



## OSCE APOSTA NA DIPLOMACIA NA LUTA ANTITERRORISTA

A Organização para a Segurança e Defesa na Europa (OSCE) vai desenvolver “um trabalho de diplomacia preventiva” e não de serviços secretos na luta internacional antiterrorista, anunciou Jaime Gama, presidente em exercício da organização.

Em declarações à margem da Assembleia Parlamentar da OSCE, em Viena, o ministro português sublinhou que a organização “dispõe de instrumentos que pode empregar” nesse combate, designadamente o recém-nomeado representante especial para a luta antiterrorista, o dinamarquês Jan Troejborg.

Entre outras funções, Troejborg está encarregado de estabelecer contactos com os 55 países membros da OSCE para a elaboração da Carta de Combate ao Terrorismo, documento prioritário para a presidência portuguesa da organização elaborado com base no Plano de Acção de Bucareste, aprovado em Dezembro passado.

Além do representante especial, a OSCE dispõe de meios específicos como o treino e a criação de unidades de polícia, além de uma alargada experiência na luta contra o tráfico de drogas, armas e seres humanos.

Jaime Gama referiu-se também à reunião de secretários-gerais das principais organizações internacionais convocada pela presidência portuguesa para 12 de Junho, em Lisboa, destinada a “definir uma estratégia de luta contra o terrorismo através do intercâmbio de pontos de vista”.

A OSCE está presentemente a criar uma célula antiterrorista no seu secretariado central, em Viena, onde tem sede o conselheiro de polícia, nomeado há poucas semanas, e “cujo papel é essencial” para a coordenação das polícias das grandes organizações internacionais que actuam em zonas de crise.

Gama lembrou, tanto nas declarações aos jornalistas como no discurso de abertura da Assembleia, o papel da OSCE na resolução de crises internacionais, tais como as dos Balcãs, Cáucaso, Ásia Central e Europa Central, onde a organização tem 20 missões envolvendo 5000 funcionários.

O ministro português referiu-se ainda às visitas que efectuou na semana passada a Belgrado, Podgorica e Pristina, onde manteve encontros com as autoridades e pôde observar no terreno o trabalho desenvolvido pela OSCE.

### CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS

## BRUXELAS ELOGIA PORTUGAL

Portugal continua a afirmar-se pela positiva nas mais diversas áreas. Um estudo da Comissão Europeia – realizado com base numa análise comparativa efectuada em Janeiro – revela que Portugal encontra-se entre os países da União Europeia (UE) que mais esforços empreenderam para simplificar o processo de constituição de empresas.

Portugal, Finlândia, Itália e Grécia são os Estados da UE apontados pela Comissão como tendo realizado esforços consideráveis para simplificar a regulamentação e assegurar um tratamento mais eficaz nos pedidos de registo das sociedades anónimas.

Em Portugal, constituir uma sociedade anónima custa em média 530 euros e leva em média 25 dias. Os valores de referência definidos pelo estudo comparativo, são de 250 euros e 18 dias.

A criação de uma empresa é mais cara na Áustria, onde são requeridos 2250 euros, e mais demorada na Itália, onde são necessários 34 dias.

A Grã-Bretanha apresenta-se como o país com o melhor desempenho, ao apresentar um custo de 50 euros e uma demora de sete dias.

Para além de revelar enormes disparidades entre custos e prazos de constituição de sociedades anónimas nos Estados-membros, o estudo evidencia o longo caminho que há a percorrer até se conseguir um registo simples e directo.

A análise comparativa da Comissão Europeia demonstra também que nenhum dos Estados da UE tira plenamente partido de todas as potencialidades oferecidas pelas tecnologias de informação e de comunicação no registo de sociedades anónimas.

A Comissão Europeia recomenda, assim, que se combinem as aplicações informáticas com as adaptações organizacionais apropriadas e se faça um esforço particular para fazer progredir a reforma regulamentar explorando plenamente as possibilidades das tecnologias de informação e comunicação.

**Um partido, como o PS, que é o pilar de excelentes políticas desenvolvidas no País nos últimos anos, seja no domínio do crescimento económico, do social, da cultura ou da convivência democrática não pode conformar-se à ideia de que está tudo *ainda* em aberto. Tem de afirmar e comportar-se (apesar das incertezas saudáveis de todo e qualquer processo democrático) como o partido em melhores condições para ganhar as eleições legislativas.**

As próximas eleições legislativas realizam-se dentro de duas semanas. Como parece longo o tempo decorrido desde o dia das últimas eleições autárquicas, em Dezembro do ano passado!

Então, mais propriamente no dia 16, o que de verdadeiramente surpreendente ocorreu foi a demissão inesperada do primeiro-ministro e a consequente abertura de uma crise política.

Os resultados das eleições locais só apanharam de surpresa os que quiseram estar distraídos. Perversamente a demissão do Governo acabou por atirar para segundo plano a adequada reflexão sobre o que realmente se passou naquele dia.

A maioria dos responsáveis do desaire eleitoral, aos quais o eleitorado apontou inequivocamente o caminho, esconderam-se atrás da demissão do António Guterres e nalguns casos surgem mesmo a comandar a nova batalha pelo poder.

Ao associar a derrota eleitoral de Dezembro ao seu futuro, o Governo criou uma situação difícil para o PS, situação que se tornou ainda mais delicada quando não houve vontade (ou tempo) de retirar todas as consequências desse facto.

A disponibilidade para a liderança assumida por Ferro Rodrigues, ocorrida nas circunstâncias em que ocorreu, acaba assim por ser um elemento altamente positivo que importa destacar e merece toda a mobilização do partido.

Com efeito, com Ferro Rodrigues, é possível associar a vontade de mudança, que o eleitorado claramente desejou nas eleições mais recentes, com a defesa do património e da acção governativa que o eleitorado, de igual modo, não deixa de reconhecer e pretende preservar.

Só que essa mudança, sem ruptura e em continuidade, também era possível com António Guterres. Por isso, não compreendo, no âmbito estritamente político, o seu abandono.

O Secretário-geral, Ferro Rodrigues, não teve inicialmente uma tarefa fácil, até por ser quem é, ou seja, incapaz de qualquer cedência gratuita a uma vantagem acessória ou temporária. Mas encontrou rapidamente o seu estilo e o seu caminho, como acaba, aliás, de ficar confirmado no debate com o líder do PSD.

Não poderia aliás ser de outro modo - com Ferro Rodrigues naturalmente - pois a experiência governativa dos últimos seis anos e os respectivos resultados são francamente positivos e como tal reconhecidos pela opinião pública e, em boa parte, atribuídos ao actual secretário-geral do PS.

Foi assim surpreendente que, durante boa parte da actual disputa eleitoral, o PS, aterrorizado e temporariamente descrente, se refugiava na defensiva e assumisse principalmente comportamentos reactivos.

Afirmar, o que foi corrente em determinada fase da campanha eleitoral "que tudo está *ainda* em aberto", sempre me pareceu um comportamento pouco adequado e sobretudo deprimente.

Um partido, como o PS, que é o pilar de excelentes políticas desenvolvidas no País nos últimos anos, seja no domínio do crescimento económico, do social, da cultura ou da convivência democrática não pode conformar-se à ideia de que está tudo *ainda* em aberto. Tem de afirmar e comportar-se (apesar das incertezas saudáveis de todo e qualquer processo democrático) como o partido em melhores condições para ganhar as eleições legislativas.

Sem autolupatização excessiva, sem temores desnecessários, e sem quaisquer complexos relativamente aos comportamentos recentes, quer no sentido de os assumir, quer na linha do reconhecimento da sua inevitável melhoria.

Até porque é esta a atitude que o eleitorado espera do PS e foi este inequivocamente o verdadeiro sentido do voto verificado em 16 de Dezembro.

Foi deste modo muito estimulante e encorajador ouvir a mensagem de Ferro Rodrigues na última Convenção de PS.

**O dr. Rio, obcecado pela vertigem de um inesperado poder arremete, diariamente, contra tudo e contra todos, mostrando-se, invariavelmente, indignado com os gastos municipais. Aos poucos, porém, vai corrigindo as contas, sem conseguir ainda exibir uma qualquer visão do futuro...**

A pré-campanha no Porto está a correr... Nem bem, nem mal. Felizmente, o PS tem uma lista de candidatos recomendáveis pela sua biografia política ou pelos seus méritos, sendo reconhecidamente um excelente "conjunto" que pode fazer a diferença, se compararmos, por exemplo, com a do PSD, onde o "cabeça de lista" é um equívoco e protagoniza uma mentira - não deixará o seu lugar em Bruxelas/Estrasburgo, e a maior parte dos outros são ilustres desconhecidos...

Não sei se há ou não vantagem em chamar a atenção para o facto de, no Porto, haver uma apaixonante polémica: "sim" ou "não" as Antas? Isto é: vai a Câmara Municipal do Porto (maioria PSD/CDS/PCP) deitar por terra a hipótese de à boleia da construção do novo estádio, revitalizar uma área, relativamente, abandonada e, daí impulsionar uma nova centralidade? O dr. Rio, obcecado pela vertigem de um inesperado poder arremete, diariamente, contra tudo e contra todos, mostrando-se, invariavelmente, indignado com os gastos municipais. Aos poucos, porém, vai corrigindo as contas, sem conseguir ainda exibir uma qualquer visão do futuro...

Quem é o seu melhor defensor, nesta querela político/desportiva (já com arruaças e cenas eventualmente chocantes)? Nem mais nem menos - o PCP. Tal como no passado - quando a AD ganhou autárquicas no Porto - o PCP procurou sentar-se à mesa do orçamento. Qualquer bocado lhe serve... Dizem-me que isso é o mesmo que se passa em Sintra e em Coimbra... Os comunistas, salvo casos excepcionais, têm uma postura simples: em nome das populações (que cada vez mais lhe

**VISTO DE BRUXELAS**

## EU ACREDITO!

Nessa altura revelou-se o Homem, na dimensão e carácter que muitos já lhe conheciam, mas também o Político que não renega as suas opções e os seus princípios e que é sempre solidário.

Revelou-se, sobretudo, o Político que tem coragem e determinação e, portanto, pode, "dar-se ao luxo" de falar verdade.

Se as eleições se decidirem pelas imagens dos dois candidatos a Primeiro-Ministro não tenho dúvidas que o PS as ganhará folgadoamente.

Igual resultado decorrerá se o eleitorado comparar, criticamente embora, as realizações socialistas dos últimos seis anos, com o programa (ou programas ?) eleitorais apresentados agora pelo PSD.

Bastaria aliás atentar, nas propostas de natureza fiscal do PSD para se não ter qualquer espécie de dúvida quer quanto à falta de rigor e inexecutabilidade, mas também quanto ao conjunto de valores e opções que as suportam e lhes dão conteúdo.

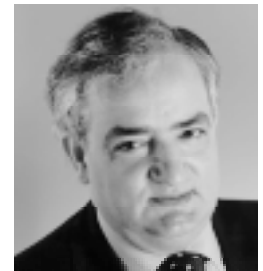
As eleições, nomeadamente as legislativas, têm sempre, uma parte de escolha por parte do eleitorado, que é menos racional e mais emotiva. Ora o eleitorado ainda não compreendeu porque desistiu do PS de governar. Não foi nada disso que esperava quando em Dezembro passado resolveu votar maioritariamente contra os autarcas do PS. O verdadeiro resultado das eleições dependerá deste modo, da capacidade que o PS tiver, na campanha eleitoral, para anular esta "desvantagem".

Eu acredito que as ganharemos e sobretudo que o Ferro Rodrigues as ganhará.

Na certeza de que, com a vitória do PS, se continuarão sem rupturas, ainda que com adaptações, as políticas públicas que *useram sempre as pessoas à frente de todas as opções*.

As próximas eleições são um especial e importante acontecimento - que urge vencer - para o futuro do país e também seguramente para o futuro do Partido Socialista.

Depois das eleições estou certo que o Eduardo Ferro Rodrigues liderará (e em nenhuma circunstância obstaculizará) o processo de renovação partidária que é absolutamente indispensável e que, esse sim, foi exigido pelo eleitorado em Dezembro do ano passado.

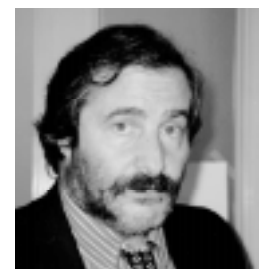


**MANUEL DOS SANTOS**

## SEM ROMANTISMOS

negam os votos...) abocam os lugares e tornam-se os mais entusiásticos defensores da estratégia da Direita, mesmo quando nessa amálgama apareceu "fascistas de novo tipo" no dizer de Gilles Deleuze...

Compreendo, em consequência, que tenham afastado João Amaral - nesta altura, da vida! - e, insistam em velhos métodos. É por isso que no Porto, a opção é clara e sem quaisquer romantismos que Garrett nunca perdoaria - só o voto no PS é correspondido por deputados qualificados (é elevada a percentagem dos que integram ou integraram os governos socialistas), que não perderão oportunidades para se baterem, em S. Bento, pelas ideias e os projectos que animam e estruturam um grande partido e dão razão ao Porto, no contexto nacional.



**JOSÉ SARAIVA**

# 12 RAZÕES PARA VOTAR FERRO RODRIGUES

## 1. MELHOR SAÚDE.

Vamos criar 100 farmácias sociais e garantir medicamentos genéricos para todos. Garantimos que os medicamentos vão ser vendidos em doses mais pequenas e que os cidadãos poderão escolher o Centro de Saúde em que querem ser atendidos.

## 2. COMBATE À DROGA

Criámos pela primeira vez uma verdadeira rede de tratamento de toxicodependentes. Vamos melhorá-la e reforçar os programas de prevenção primária e os incentivos à reintegração social dos toxicodependentes. Vamos reforçar a luta contra o tráfico de droga.

## 3. MAIS INVESTIMENTO, MAIS EMPREGO

Vamos facilitar a iniciativa empresarial, reduzindo para 2 dias o tempo de criação de uma empresa e reduzir gradualmente o IRC.

## 4. IMPOSTOS MAIS JUSTOS

Vamos desagravar progressivamente o IRS para as famílias de pequenos e médios rendimentos. Somos contra o aumento do IVA que penaliza as famílias mais pobres e da classe média.

## 5. MAIS RIGOR NAS CONTAS PÚBLICAS. MAIOR EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Garantiremos o equilíbrio das contas públicas e comprometemo-nos a atingir o déficit zero em 2004 sem pôr em causa o investimento público.

## 6. MAIS SEGURANÇA. MELHOR JUSTIÇA

Garantiremos mais eficácia e operacionalidade das forças de segurança no combate à criminalidade apostando no policiamento de proximidade. Não permitiremos que alguém apanhado delito esteja mais de 30 dias sem ser julgado.

## 7. MAIS SOLIDARIEDADE SOCIAL. MAIOR COMBATE À POBREZA

Garantiremos que cada casal de idosos terá, no mínimo, um rendimento equivalente ao salário mínimo nacional. Não permitiremos a privatização da segurança social. Investiremos no combate à pobreza rural e urbana para que ninguém fique excluído.

## 8. MELHOR EDUCAÇÃO. MAIS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Promoveremos uma escola de qualidade tomando mais rigorosa a avaliação e valorizando a função dos professores. Garantiremos que todos os jovens até aos 18 anos se encontrem na escola ou em cursos de formação profissional. Investiremos na melhoria do ensino da matemática, do português e do inglês.

## 9. MELHOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. MENOS BUROCRACIA

Criaremos um cartão único de identificação que substitua 4 cartões (o BI e os cartões de saúde, de eleitor e da segurança social). Criaremos Lojas do Cidadão em todos os distritos. Acabaremos com a necessidade de apresentação de certidões entre serviços públicos. Premiaremos o mérito no exercício de funções públicas.

## 10. MELHOR ORDENAMENTO DO PAÍS, MAIS INVESTIMENTO NO INTERIOR

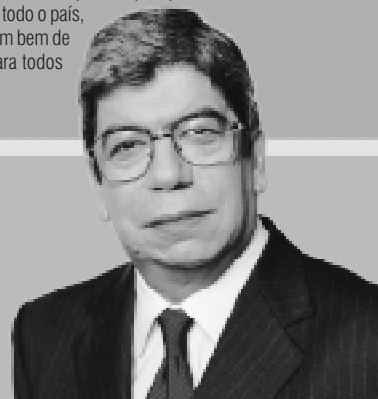
Incentivaremos a criação de emprego no interior e valorizaremos as cidades médias. Criaremos as Autoridades Metropolitanas de Transportes para facilitarem o trânsito nas grandes cidades. Daremos prioridade à conclusão dos investimentos em rodovia, modernização ferroviária, portuária e aeroportuária.

## 11. MELHOR AMBIENTE, MAIS QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

Triplicaremos a recolha selectiva de embalagens para reciclagem. Duplicaremos a valorização de matéria orgânica em unidades de compostagem. Travaremos o crescimento da habitação suburbana. Promoveremos a recuperação do parque habitacional degradado e a reutilização das casas devolutas.

## 12. MAIS CIÊNCIA, MAIS CULTURA

Continuaremos o elevado nível de produção científica, área em que o investimento público foi multiplicado por quatro. Consolidaremos as redes de cultura em todo o país, fazendo da cultura um bem de acesso universal para todos os portugueses.



**A ausência ou ineficácia das políticas de planeamento e de habitação a preços moderados, a falta de equipamentos, serviços e infra-estruturas adequadas às necessidades das populações, geraram espaços suburbanos nos quais vieram a habitar milhares de pessoas em condições de grande precariedade urbanística e social.**

## INTEGRAÇÃO LOCAL TERRITÓRIOS E SEGURANÇA

É a nível local que se constata o sucesso ou insucesso da integração social e a (in)segurança é um revelador que nos permite avaliar o resultado alcançado.

Não podemos ignorar a forma como os processos de exclusão social alimentaram durante décadas a segregação espacial, empurrando para a periferia dos concelhos, ou para os antigos estaleiros de obras, imigrantes e migrantes internos que tinham contribuído para a urbanização das novas centralidades emergentes nas áreas metropolitanas.

A ausência de políticas de habitação social durante décadas obrigou os mais pobres dos imigrantes, bem como os migrantes internos com menores rendimentos, a construírem barracas em espaços, em que por se encontrarem afastados das novas centralidades se foram agrupando através de redes familiares alargadas ou com base na mesma origem nacional ou regional.

Foram-se fabricando pelo acumular de mecanismos de exclusão social, ilhas que vieram a constituir autênticos guetos. Estes guetos tornaram-se obstáculos à inclusão social e ao desenvolvimento do diálogo intercultural com outros segmentos da população, dando origem ao debate sobre os problemas colocados pela existência do que tem sido designado por "minorias étnicas pobres".

Este processo de segregação espacial tornou difícil a integração dos jovens filhos de imigrantes e, simultaneamente, criou espaços em que marginais das mais diversas origens procuram utilizá-los para o desenvolvimento de actividades criminosas, contribuindo para associar uma imagem de insegurança a populações na sua maioria laboriosas. Não esqueçamos que é, por exemplo, destes bairros que provêm muitos dos que construíram as habitações de luxo ou os empreendimentos mais modernos, ou as mulheres que cuidam das crianças, das casas, das cozinhas ou dos idosos.

É certo que não foram apenas os imigrantes a concentrarem-se nestes espaços suburbanos, mas também alguns migrantes internos com menores rendimentos, incluindo portugueses ciganos num processo de sedentarização, mas é muito significativo o peso dos imigrantes pobres neste processo. Tratando-se de imigrantes pobres, transportaram, do seu país de origem, uma experiência de exclusão social, que a vida nestes espaços suburbanos de habitação degradada só pode tender a potenciar, criando condições mais difíceis para a sua inclusão social.

A ausência ou ineficácia das políticas de planeamento e de habitação a preços moderados, a falta de equipamentos, serviços e infra-estruturas adequadas às necessidades das populações, geraram espaços suburbanos nos quais vieram a habitar milhares de pessoas em condições de grande precariedade urbanística e social.

Neste contexto, os Planos Especiais de Realojamento, surgidos após acontecimentos conhecidos como o que ocorreu com os desalojados de Camarate, e a posição então assumida pelo Partido Socialista, representaram uma iniciativa extremamente importante, qualquer que seja o juízo que mereça a forma como têm vindo a ser concretizados nos diferentes municípios.

Estou certo que se estes Planos Especiais de Realojamento não tivessem sido executadas as condições de segurança seriam muito graves em diferentes concelhos. Não esqueçamos que, como escreveu Manuela Silva, "uma propração considerável de empobrecidos urbanos é-o em termos de falta de habitação condigna, sendo certo que esta carência básica se repercute no estatuto social (nos casos limites é estigmatização social) nas condições de acesso ao emprego e na produtividade do trabalho, nas oportunidades de saúde, de instrução, de cultura e de participação social"<sup>1</sup>

Em muitos casos, contudo, os Planos Especiais de Realojamento não representam todo o salto em frente que podiam ter constituído pelo facto de se ter optado por se criar em grandes bairros em que se concentraram populações com a mesma origem nacional ou cultural que transportaram parte dos problemas para a segurança que existiam nos bairros de barracas. Várias têm sido as causas, desde a falta de terrenos disponíveis para proceder a uma maior dispersão da habitação social, até à realidade bem conhecida (e a que levanta menos questões) - a curto prazo - de ser mais fácil proceder ao realojamento concentrado de populações pobres e, muitas vezes, estrangeiras em espaços periféricos, do que impor a sua presença em diferentes áreas do concelho, o que exige promover uma negociação social e políticas activas de criação de condições para o diálogo intercultural e a cooperação entre cidadãos de diferentes origens.

Neste quadro, o Decreto-Lei n.º 79/96, de 20 de Junho, vulgarmente conhecido por PER - Famílias, da iniciativa da secretária de Estado, Leonor Coutinho, que criou o regime de concessão de comparticipação para o apoio à aquisição ou reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo PER nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, veio criar melhores condições para a inclusão das diferentes populações permitindo-lhes ter uma palavra na escolha da área em que iriam residir

À medida que se foram concretizando as diferentes políticas de realojamento foi-se tornando evidente, quer nos antigos, quer nos mais novos bairros sociais, a necessidade de uma lógica global e territorial de intervenção, que permitisse criar condições para a cooperação e aprendizagem do viver juntos sem discriminação por parte das populações abrangidas.

Todos conhecemos bairros de realojamento em que, apesar da sua boa localização geográfica e do cuidado com que foram pensados os projectos arquitectónicos, se construíram mini-ilhas étnicas em que, apesar dos municípios e da administração central apoiarem inúmeras associações, a qualidade global da integração progride muito lentamente, sendo as primeiras vítimas os jovens que neles crescem "fechados na rua", para usar a expressão do jornalista José Manuel Fernandes.

Da reflexão que temos feito sobre estas situações afigura-se-nos de todo inconveniente para o sucesso do processo de inclusão social promover a concentração de populações com as mesmas origens nacionais ou culturais.

O que resulta não é a valorização das culturas de origem dos imigrantes mas a construção de identidades de resistência por essas novas formas de segregação especial. Essa nova construção de identidades é, acrescentarei eu, muitas vezes, alimentada fundamentalmente pelo imaginário disponível através da televisão, muito mais forte do que a transmissão de memórias familiares.

Nada disto contribui positivamente para a segurança já que o imaginário que disponibilizamos através da televisão a estes jovens suburbanos, não é propriamente no sentido de mobilizar a sua criatividade,

no sentido de uma afirmação positiva na sociedade portuguesa.

Muitos dos agentes políticos que estão empenhados na integração local, sejam eles autarcas ou responsáveis da administração central estão conscientes destes desafios e gostaria de sublinhar o imenso trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para assegurar níveis de mais qualidade na integração local, que não serão alheios à melhoria de condições de segurança verificadas em alguns concelhos. Gostaria de chamar a atenção, a título de exemplo, para duas formas de intervenção, uma já ocorrida, outra em curso que a meu ver, vai na linha do que consideramos mais adequado para assegurar qualidade de integração e melhor segurança, por poderem contribuir para o diálogo intercultural e a aprendizagem do viver juntos sem discriminações.

O projecto "Viver o Bairro", no Bairro de Olival de Fora, em Vialonga, que foi financiado pelo programa de Reabilitação Urbana, é um exemplo de como é possível requalificar um bairro de realojamento através de parcerias alargadas.

As acções desenvolvidas traduziram-se numa larga variedade em intervenções sobre o espaço urbano; criação de equipamentos colectivos; acções de formação escolar e profissional e de criação de emprego, nomeadamente, através da criação de empresas de inserção; apoio jurídico aos moradores nos processos de legalização; organização de comissões de prédio; dinamização de associações e organizações comunitárias. Todas estas acções assentaram na mobilização da participação das populações numa lógica territorial e não numa base nacional ou cultural. O Programa de Luta contra a Pobreza da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira veio permitir dar continuidade a algumas actividades neste bairro, possibilitando simultaneamente o alargamento a outros bairros municipais deste tipo de intervenção.

Um programa que se me afigura bem concebido e em cuja concretização deposito muitas esperanças é o PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, da responsabilidade da Ministra Elisa Ferreira.

Pretende-se a implementação de lógicas de qualificação e tendo em conta princípios como a multi-sectorialidade, promovendo a integração de diversas intervenções sectoriais em territórios pertinentes, através da concepção de um programa tematicamente coerente de investimento multi-sectorial de natureza infra-estrutural e imaterial; "ou da participação, estimulando parcerias público - público e público - privado que actuem em territórios pertinentes, bem como a participação da sociedade civil em geral e dos principais destinatários das intervenções, em particular".

Através deste tipo de intervenção em territórios pertinentes e promovendo a participação do conjunto dos destinatários estaremos a promover uma sociedade mais cosmopolita, capaz de gerir positivamente a diversidade cultural e, simultaneamente de promover mais cidadania, sem a qual não se prosseguirá de forma sustentada na criação de melhor segurança para todos.



**JOSÉ LEITÃO**

<sup>1</sup> Vide, *Pobreza Urbana: O Avesto da Cidade*, In Povos e culturas, n.º 3, s/ d, 390.

<sup>2</sup> Vide PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa - Ministério do Planeamento; Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo.

# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

Com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues, e de todos os candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Lisboa, tem hoje lugar, quinta-feira, 28 de Fevereiro, um mega-jantar no pavilhão Terlis (na zona da docas em Lisboa) que marca o arranque da campanha socialista para as eleições legislativas de 17 de Março.

A caravana socialista estará na estrada a partir de 1 de Março. A primeira paragem é no distrito de Leiria onde Ferro Rodrigues foi cabeça-de-lista nas últimas legislativas.

José Junqueiro, secretário de Estado da Administração Portuária, inaugura na Régua o edifício-sede do Instituto de Navegabilidade do Douro.

O secretário de Estado da Educação, João Marnoto Praia, homologa a rede de escolas promotoras de saúde da região do Algarve, em Faro.

O ministro da Juventude e Desporto, José Lello, inaugura em Castelo de Paiva o complexo municipal de piscinas, e em Guimarães a pista de atletismo.

Tem lugar o V Congresso da Confederação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico. Preside à sessão de encerramento o ministro da Educação, Júlio Pedrosa.

O Parque Eólico de Lomba da Seixa entra em funcionamento. A inauguração estará a cargo do secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, Eduardo Oliveira Fernandes.

Acompanhado pelo ministro Mariano Gago, o Presidente da República, Jorge Sampaio, conclui uma visita de Estado à Tunísia.

Tomam posse os novos reitores das Universidades do Algarve e de Évora.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

### FEDERAÇÕES DO PS

**ALGARVE**  
TEL 289 82 50 81 FAX 289 81 33 61

**AVEIRO**  
TEL 234 42 83 35/12 / 13 FAX 234 42 83 35

**BRAGA**  
TEL 253 21 76 36 FAX 253 61 66 32

**COIMBRA**  
TEL 239 82 39 11 FAX 239 82 63 29

**LISBOA**  
TEL 21 346 19 65 / 21 346 88 86  
FAX 21 342 18 20 / 21 346 20 46

**PORTO**  
TEL 226 05 19 80 FAX 226 05 19 89

**SANTARÉM**  
TEL 243 32 15 44/5/6 FAX 243 32 25 44

**SETÚBAL**  
TEL 265 22 79 98 FAX 265 23 02 90

**VISEU**  
TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33

**AÇORES - S. MIGUEL**  
TEL 296 28 64 91



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**  
Grafiismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelbranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
Restelo - 1400-091 Lisboa  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**  
Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**  
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados



9 177087 1102110